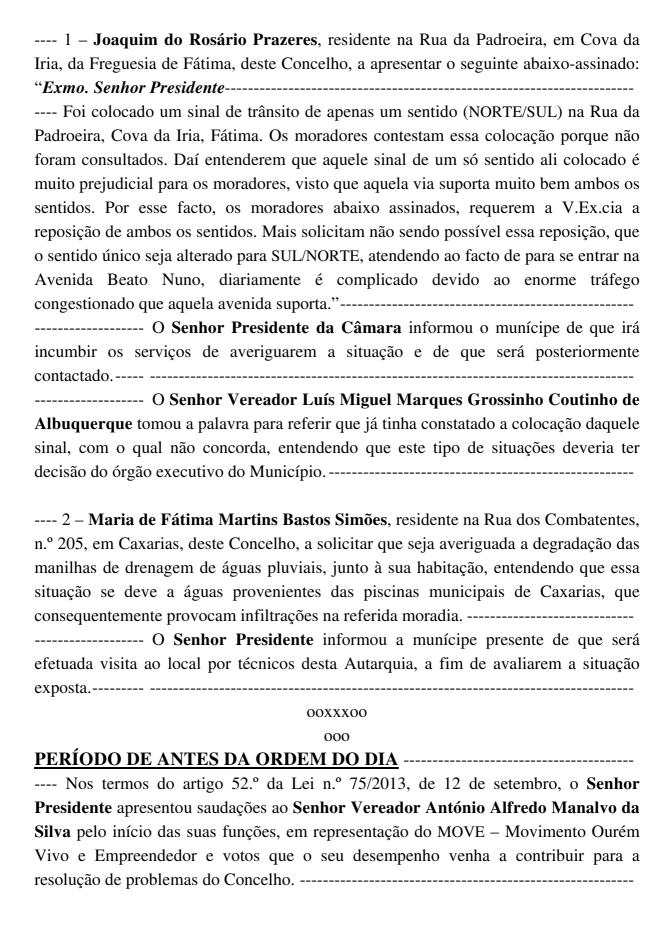


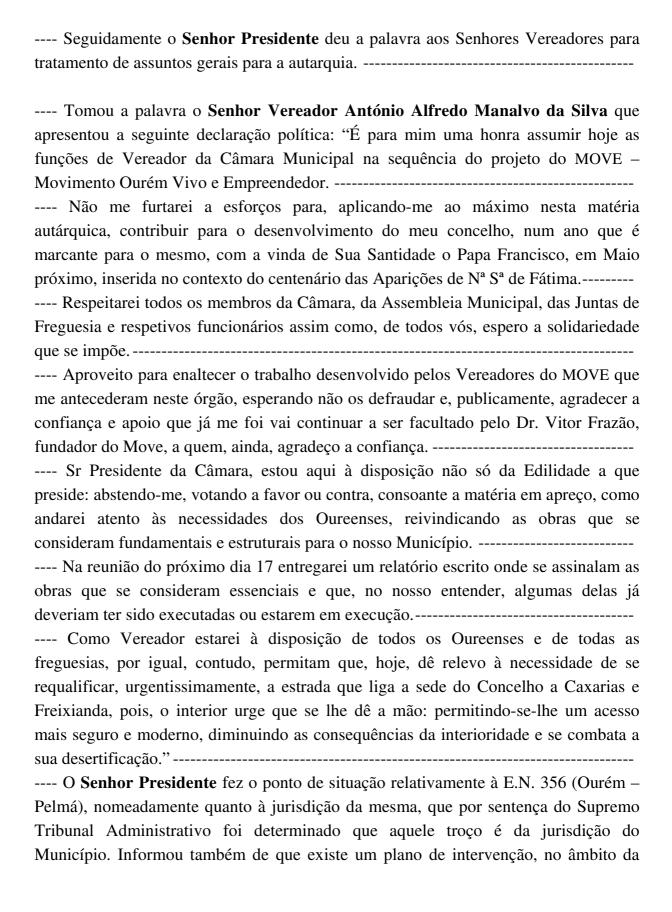
ATA N.º 3 (REUNIÃO PÚBLICA)

Aos três dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e dezassete, na Cidade de
Ourém, no edifício sede deste Município e na Sala de Reuniões, à hora designada,
reuniu, ordinariamente, a Câmara Municipal, estando presentes, além do
Excelentíssimo Presidente, Senhor PAULO ALEXANDRE HOMEM DE OLIVEIRA
FONSECA, os Senhores Vereadores: LUÍS MIGUEL MARQUES GROSSINHO
COUTINHO DE ALBUQUERQUE, NAZARENO JOSÉ MENITRA DO CARMO,
MARIA LUCÍLIA MARTINS VIEIRA, MARIA ISABEL TAVARES CARDOSO
JUSTA DE SOUSA COSTA e ANTÓNIO ALFREDO MANALVO DA SILVA, comigo
Clarisse Isabel Pereira Neves, Chefe da Divisão de Atendimento ao Munícipe e Ativos
Humanos
ooxxxoo
000
<u>ABERTURA DA REUNIÃO</u>
O SENHOR PRESIDENTE DECLAROU ABERTA A REUNIÃO E
FORAM SEGUIDAMENTE TRATADOS OS ASSUNTOS CONSTANTES DA ORDEM
DO DIA (ANEXO I), ELABORADA NOS TERMOS DO ARTIGO 53.º DA LEI N.º
75/2013, DE 12 DE SETEMBRO
ooxxxoo
000
FALTAS DE MEMBROS DA CÂMARA
O Senhor Presidente informou os presentes de que, ao abrigo da Delegação de
Competências efetuada na reunião de 29 de maio de 2015, considerou justificada a
falta do Senhor Vereador JOSÉ MANUEL DIAS POÇAS DAS NEVES, por motivos de
ordem profissionais
A CÂMARA FICOU INTEIRADA
ooxxxoo
000
INTERVENÇÃO DO PÚBLICO PRESENTE
De acordo com o que foi deliberado na reunião de 29 de maio de 2015, a Câmara
começou por ouvir os munícipes presentes, mediante a seguinte ordem:

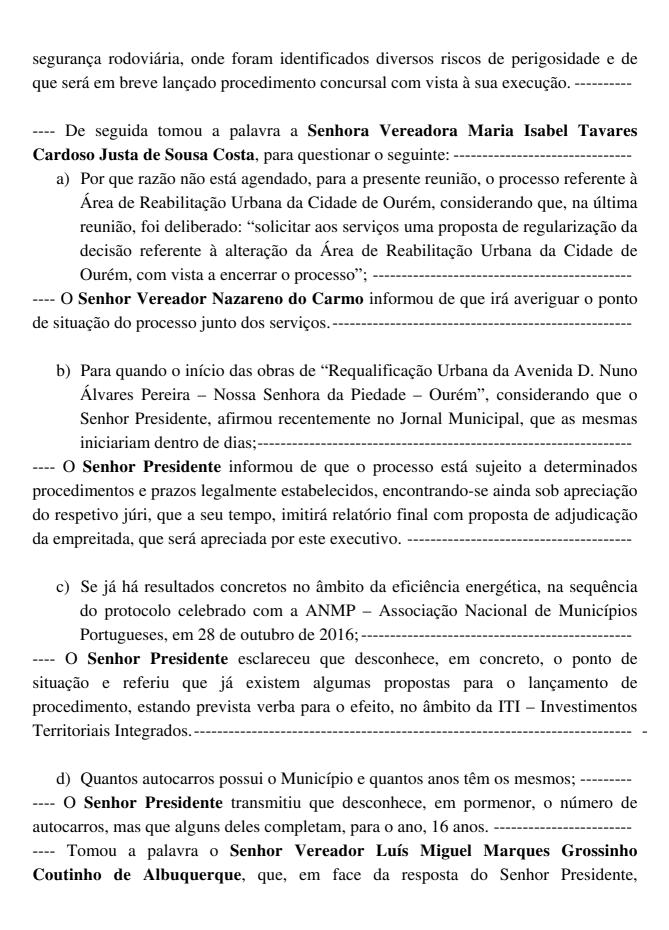




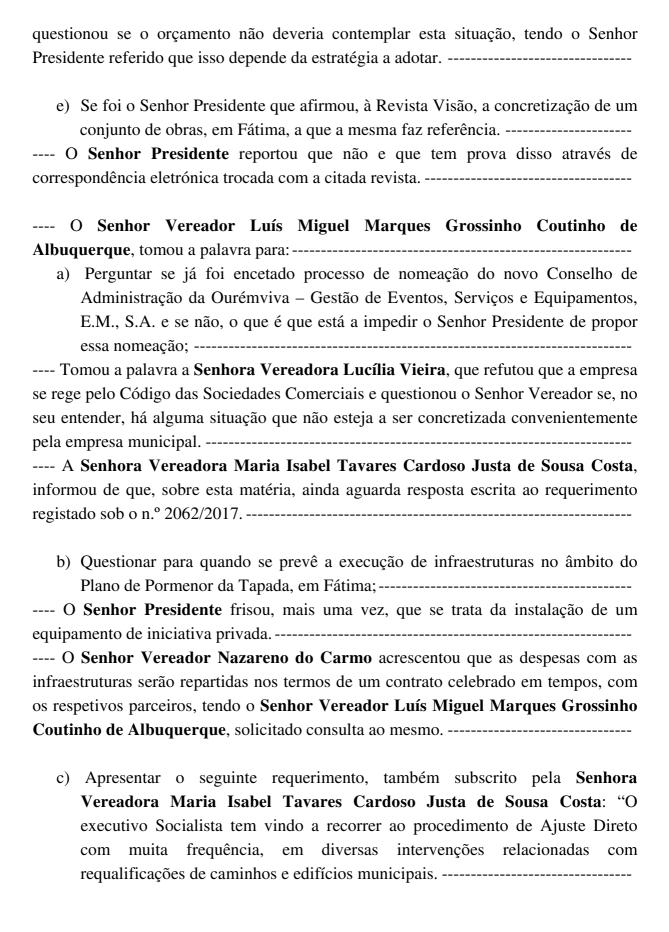


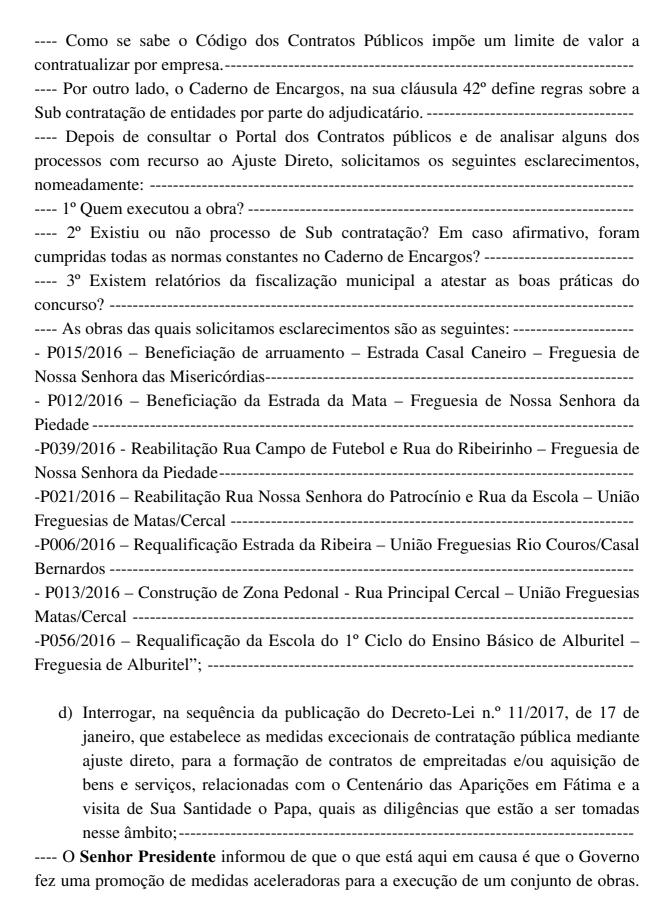




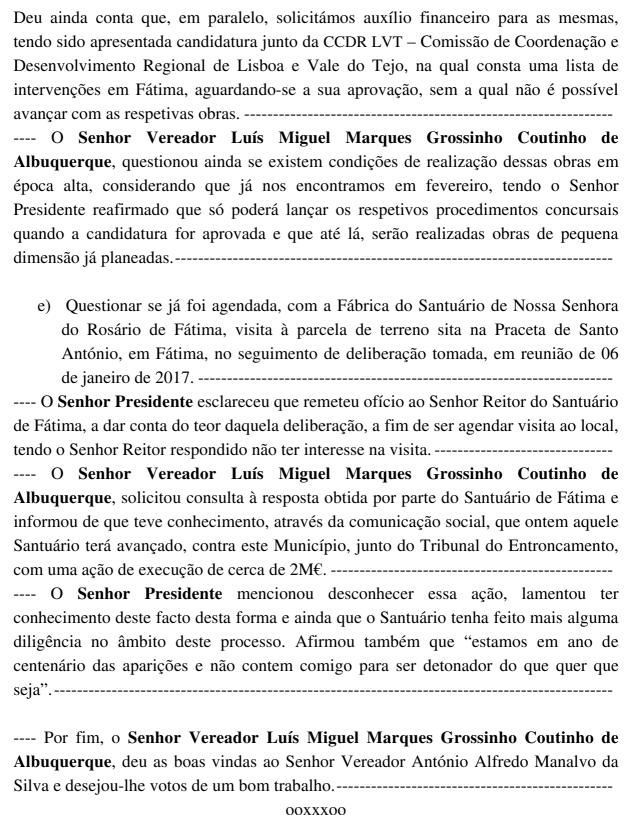




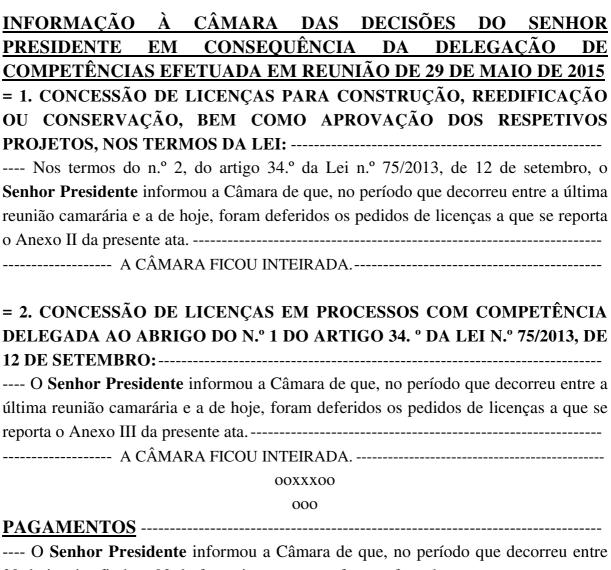






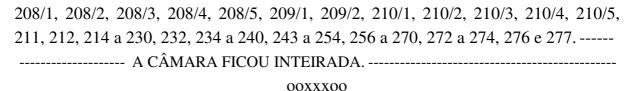






---- O Senhor Presidente informou a Câmara de que, no período que decorreu entre 20 de janeiro findo e 02 de fevereiro em curso, foram efetuados os pagamentos, a que se reportam as autorizações a seguir indicadas, que colocou à disposição de todos, para efeitos de consulta e confirmação, no valor de 1.298.059,30€: 27, 31, 45, 46, 48, 52 a 54, 60 a 110, 112 a 119, 121 a 127, 129 a 161, 164, 165, 172, 173, 179 a 187, 188/1, 188/2, 188/3, 188/4, 188/5, 188/6, 189/1, 190/1, 190/2, 190/3, 190/4, 190/5, 190/6, 190/7, 190/8, 191/1, 191/2, 191/3, 191/4, 191/5, 191/6, 191/7, 191/8, 192/1, 192/2, 192/3, 192/4, 192/5, 192/6, 192/7, 192/8, 193/1, 193/2, 193/3, 193/4, 193/5, 193/6, 193/7, 194/1, 194/2, 194/3, 194/4, 194/5, 194/6, 194/7, 194/8, 195/1, 195/2, 195/3, 195/4, 195/5, 195/6, 195/7, 195/8, 196/1, 196/2, 196/3, 196/4, 196/5, 196/6, 196/7, 197/1, 197/2, 197/3, 197/4, 197/5, 197/6, 197/7, 198/1, 198/2, 198/3, 198/4, 198/5, 199/1, 199/2, 199/3, 199/4, 199/5, 200/1, 200/2, 200/3, 200/4, 201/1, 201/2, 201/3, 201/4, 201/5, 201/6, 202/1, 202/2, 202/3, 202/4, 202/5, 202/6, 202/7, 203/1, 203/2, 203/3, 203/4, 203/5, 203/6, 203/7, 204/1, 205/1, 206/1, 207/1, 207/2, 207/3, 207/4,





REQUALIFICAÇÃO URBANA DA AVENIDA D. JOSÉ ALVES CORREIA DA SILVA, PARTE B – TROÇOS ENTRE A PASSAGEM DESNIVELADA E AS ROTUNDAS NORTE E SUL, FREGUESIA DE FÁTIMA ------

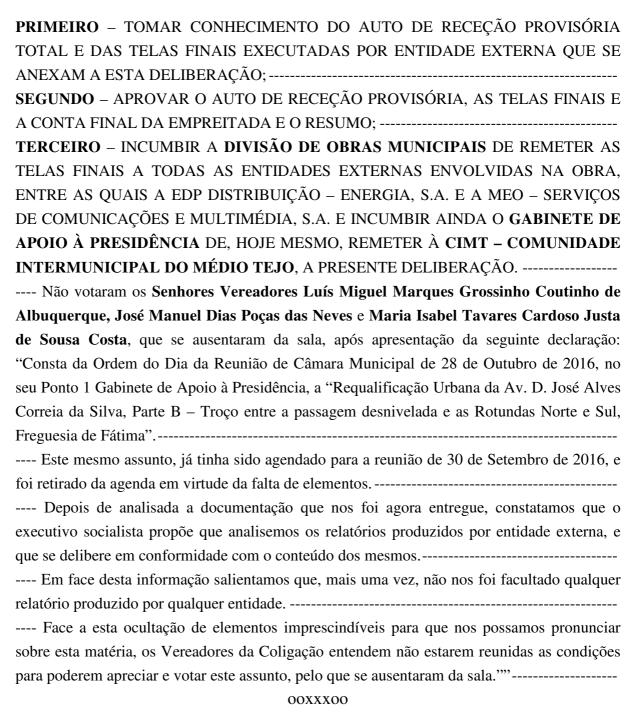
---- Tendo como objetivo diligenciarem-se atos fundamentais no âmbito da empreitada em assunto e considerando a imperiosa necessidade, em remeter com a maior brevidade, para a Autoridade de Gestão do Programa Operacional da Região Centro, as deliberações ocorridas, remeteu-se no dia da reunião do órgão executivo (conforme acordado com os interlocutores), ou seja, no dia 28 de outubro de 2016, certidão de deliberação, na qual constava que as decisões foram proferidas por "Unanimidade".------- O modus operandi instituído, relativo à elaboração das atas do órgão executivo, determina o seu envio a todos os membros daquele órgão, para pronuncia e indicação de eventuais correções. Neste caso em concreto, os Vereadores da Coligação Ourém Sempre remeteram, em 31 de outubro de 2016, a declaração inerente ao ponto em referência, a qual havia sido lida no dia da reunião. --------- Tal circunstância veio a induzir, à elaboração de uma nova deliberação, na qual passou a constar a declaração remetida e ainda algumas correções e/ou adendas complementares que apenas detalharam de modo mais efetivo o seu teor (Ex. "entre as quais a EDP e a MEO", passou a constar "entre as quais a EDP Distribuição, S.A. -Energia, S.A. e a MEO – Serviços de Comunicações Multimédia, S.A).--------- Contudo, por erro evidente, alterou-se o teor da decisão tomada, ao constar na deliberação que esta teria sido tomada por "Maioria Absoluta". Ora, verifica-se que os Srs. Vereadores da Coligação, conforme se demonstra na declaração de voto, não votaram este assunto, tendo-se ausentado da sala, após leitura da referida declaração. Consequentemente, a deliberação foi tomada por "Unanimidade" e não por "Maioria Absoluta", facto que gerou uma dúbia análise por parte da referida Autoridade de ----- NESTE CONTEXTO, NÃO OBSTANTE EM AMBOS OS CASOS NÃO

------NESTE CONTEXTO, NAO OBSTANTE EM AMBOS OS CASOS NAO SURGIR QUALQUER DÚVIDA NO QUE CONCERNE À APROVAÇÃO DOS ATOS PELA CÂMARA MUNICIPAL (APROVADO POR UNANIMIDADE VERSUS APROVADO POR MAIORIA ABSOLUTA), PARA EFEITOS DE ESCLARECIMENTO



JUNTO DA AUTORIDADE DE GESTÃO DO PROGRAMA OPERACIONAL DA REGIÃO CENTRO E DETERMINANTE CORRECÃO DA DELIBERAÇÃO. EFETIVAMENTE OCORRIDA, A CÂMARA DELIBEROU, POR UNANIMIDADE, RETIFICAR A DELIBERAÇÃO TOMADA EM REUNIÃO DE 28 DE OUTUBRO DE 2016, REPORTADA AO ASSUNTO "REQUALIFICAÇÃO URBANA DA AVENIDA D. JOSÉ ALVES CORREIA DA SILVA, PARTE B – TROCOS ENTRE A PASSAGEM DESNIVELADA E AS ROTUNDAS NORTE E SUL. FREGUESIA DE FÁTIMA". NA PARTE ONDE SE LÊ "POR MAIORIA ABSOLUTA" DEVE LER-SE "POR UNANIMIDADE", PASSANDO A CITADA DELIBERAÇÃO TER A SEGUINTE REDAÇÃO: ---------- "No âmbito da empreitada acima mencionada, na reunião de 30 de setembro findo, a Câmara deliberou apreciar em reunião posterior a informação n.º 32/16, de 15 daquele mesmo mês, do Chefe do Gabinete de Apoio à Presidência, que a seguir se transcreve na íntegra: "Considere-se: ---------- Este foi um processo sem ímpar no seio da mais recente gestão municipal, onde talvez por influencia das dificuldades económicas, mais do que uma entidade executante insolveram. Foi um processo difícil. Dentro dos constrangimentos que são do conhecimento de todos os envolvidos, carece fazer o encerramento administrativo e financeiro das duas empreitadas e demais formalidades relacionadas com o investimento feito. ---------- Considerando a inexistência de respostas das entidades executantes, capacitou-se este município de técnicos exteriores, por sugestão de uma das entidades de controlo associadas ao processo. ---------- Assim se trás a esta câmara os relatórios resultantes desse trabalho técnico para que sejam apreciados e sejam votadas as matérias necessárias para o bom encerramento do investimento e dos financiamentos associados.--------- PROPOSTA--------- Assim, tenho a convicção de propor superiormente que:-----1. Que se analisem os relatórios produzidos por entidade externa. -----2. Se delibere em conformidade com o conteúdo dos mesmos." --------- Nesta reunião foi apresentado, de novo, todo o processo para apreciação. -----CÂMARA, **RELATIVAMENTE** À ----- A **EMPREITADA** "REQUALIFICAÇÃO URBANA DA AVENIDA D. JOSÉ ALVES CORREIA DA SILVA, PARTE B - TROÇOS ENTRE A PASSAGEM DESNIVELADA E AS ROTUNDAS NORTE E SUL, FREGUESIA DE FÁTIMA", DELIBEROU, POR UNANIMIDADE:-----





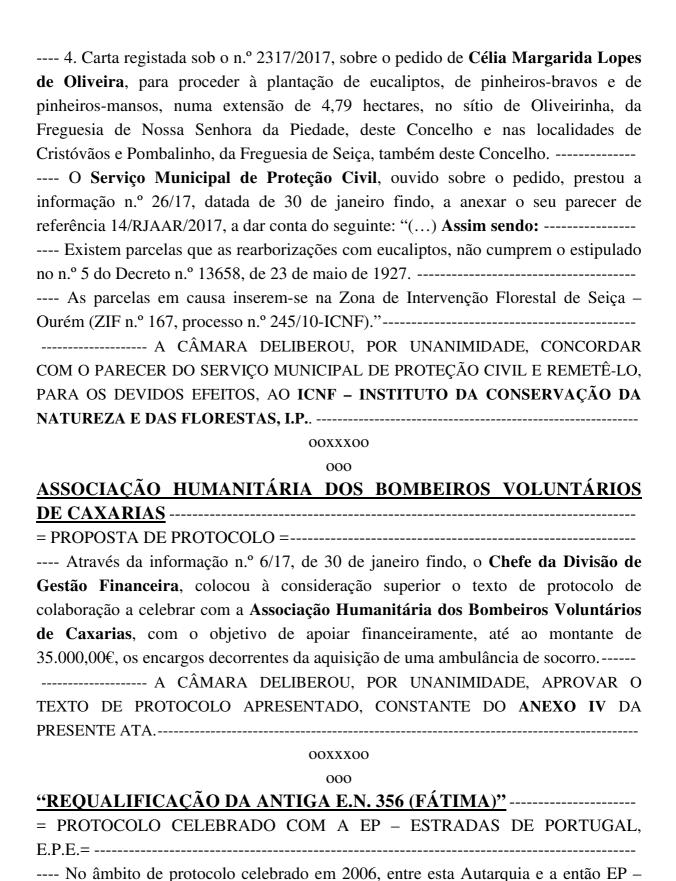
AUTORIZAÇÃO PRÉVIA PARA AÇÕES DE (RE)ARBORIZAÇÃO -----

---- No âmbito do assunto indicado em epígrafe, foram apresentadas as cartas (enviadas por correio eletrónico), que a seguir se especificam, do **Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, I.P.**, com sede no Centro Nacional de Exposições (CNEMA), em Quinta das Cegonhas – Santarém, a solicitar a emissão de



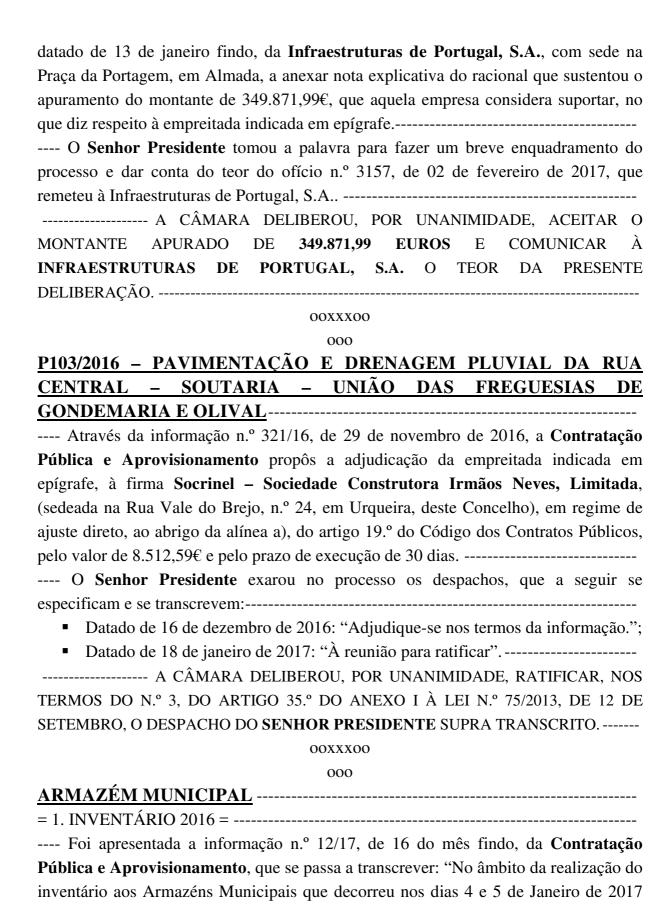
parecer, nos termos do n.º 1, do artigo 9.º, do Decreto-Lei n.º 96/2013, de 19 de julho, sobre os pedidos que de igual modo se identificam: --------- 1. Carta registada sob o n.º 1305/2017, sobre o pedido de Manuel Rodrigues Batista, para proceder à plantação de eucaliptos, numa extensão de 0,07 hectares, em Formigal, da Freguesia de Espite, deste Concelho. --------- O Serviço Municipal de Proteção Civil, ouvido sobre a pretensão, prestou a informação n.º 20/17, de 17 de janeiro findo, a anexar o seu parecer de referência 13/RJAAR/2017, a dar conta de que nada há a opor. ----------- A CÂMARA DELIBEROU, POR UNANIMIDADE, CONCORDAR COM O PARECER DO SERVIÇO MUNICIPAL DE PROTEÇÃO CIVIL E REMETÊ-LO, PARA OS DEVIDOS EFEITOS, AO ICNF - INSTITUTO DA CONSERVAÇÃO DA NATUREZA E DAS FLORESTAS, I.P.. ---------- 2. Carta registada sob o n.º 1470/2017, sobre o pedido de Rogério Paulo Dias Fino, para proceder à plantação de eucaliptos, numa extensão de 0,10 hectares, em Andrés, da Freguesia de Caxarias, deste Concelho. --------- O Serviço Municipal de Proteção Civil, ouvido sobre a pretensão, prestou a informação n.º 19/17, datada de 17 de janeiro findo, a anexar o seu parecer de referência 12/RJAAR/2017, a dar conta de que nada há a opor.---------- A CÂMARA DELIBEROU, POR UNANIMIDADE, CONCORDAR COM O PARECER DO SERVIÇO MUNICIPAL DE PROTEÇÃO CIVIL E REMETÊ-LO, PARA OS DEVIDOS EFEITOS, AO ICNF - INSTITUTO DA CONSERVAÇÃO DA NATUREZA E DAS FLORESTAS, I.P.. --------- 3. Carta registada sob o n.º 2316/2017, sobre o pedido de José Maria de Oliveira Sousa, para proceder à plantação de eucaliptos, numa extensão de 1,09 hectares, em Barroquinha, da União das Freguesias de Gondemaria e Olival, deste Concelho. ---------- O Serviço Municipal de Proteção Civil, ouvido sobre o pedido, prestou a informação n.º 25/17, de 27 do mês findo, a anexar o seu parecer de referência 19/RJAAR/2017, a dar conta de que nada há a opor. ----------- A CÂMARA DELIBEROU, POR UNANIMIDADE, CONCORDAR COM O PARECER DO SERVIÇO MUNICIPAL DE PROTEÇÃO CIVIL E REMETÊ-LO, PARA OS DEVIDOS EFEITOS, AO ICNF - INSTITUTO DA CONSERVAÇÃO DA NATUREZA E DAS FLORESTAS, I.P.. ------



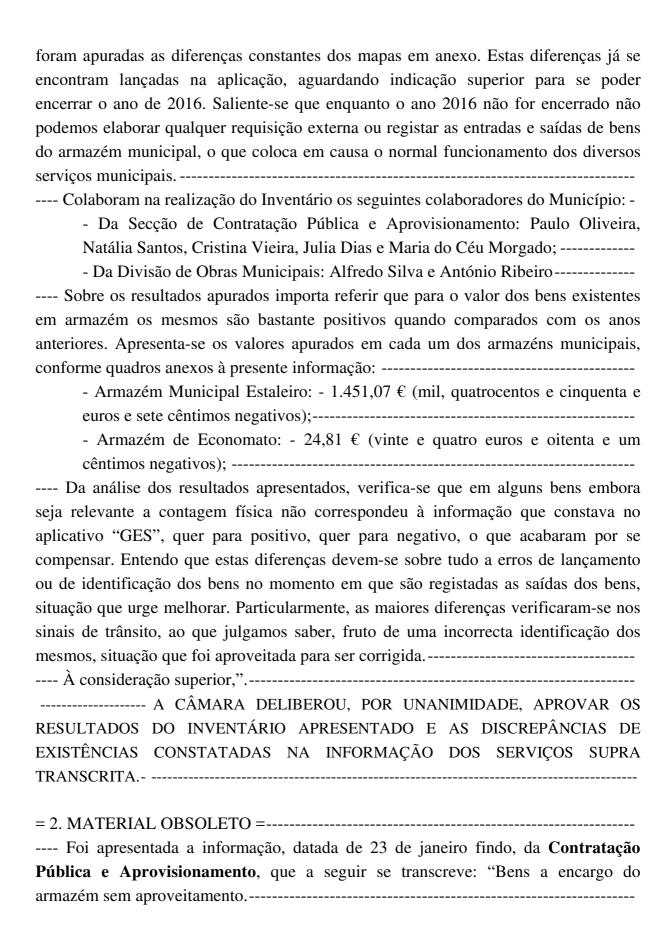


Estradas de Portugal, E.P.E., foi apresentado o ofício de referência DCS/2017/13,











Código Ouantidade Unid Motivo do abate Descrição Med **GES** Desactualizado e substituído por 010601143 495 material mais Chavetas de ferro 8x120 moderno. Desactualizado e substituído por 010601144 415 material mais Chavetas de ferro 8x100 moderno. Desactualizado e substituído por 010601145 261 material mais Chavetas de ferro 8x80 moderno. Desactualizado e substituído por 010601146 393 material mais Chavetas de ferro 10x100 moderno. Desactualizado e substituído por 010601148 56 material mais Chavetas de ferro 10x120 moderno. Desactualizado e 010301245 100m Cabo TVHU 3 pares fora de uso Obsoleto e fora 011101070 20 Protecção facial de uso. Desactualizado e 010301043 7 Lâmpadas Vapor Mercúrio 250 W fora de uso. Desactualizado e 010301057 37 fora de uso. Lâmpadas Vapor Mercúrio 80 W Desactualizado e 010301052 14 fora de uso Lâmpada PL-59 W Desactualizado e 010301042 21 Lâmpadas Vapor Mercúrio 160 W fora de uso. Desactualizado e 010301037 41 Lâmpadas Incandescentes 200 W fora de uso. Desactualizado e 010301038 52 Lâmpadas Incandescentes 150 W fora de uso. Fora de validade 010601048 89 Discos Corte de Pedra 300x3.5 x 25.4 desde 2010



010601049	43		Fora de validade
010001049	43	Discos Corte de Pedra 230x3x22.2	desde 2009
010601050	121		Fora de validade
010001030	121	Discos Corte de Pedra 180x3x22.2	desde 2010
010601051	35		Fora de validade
010001031	33	Discos Corte de Pedra 125x3x22.2	desde 2010
010601056	44		Fora de validade
010001030	44	Discos Corte de Pedra 115x2.5x22.23	desde 2008
011101018	24	Capacete de Protecção P/ Obras	Fora de validade
011101018	24	Laranja/Amarelo	desde 2011
011101019	13		Fora de validade
011101019	13	Capacete Protecção Branco	desde 2011
010301276	4	Purgadores P/ aquecimento	Fora de uso

ooxxxoo

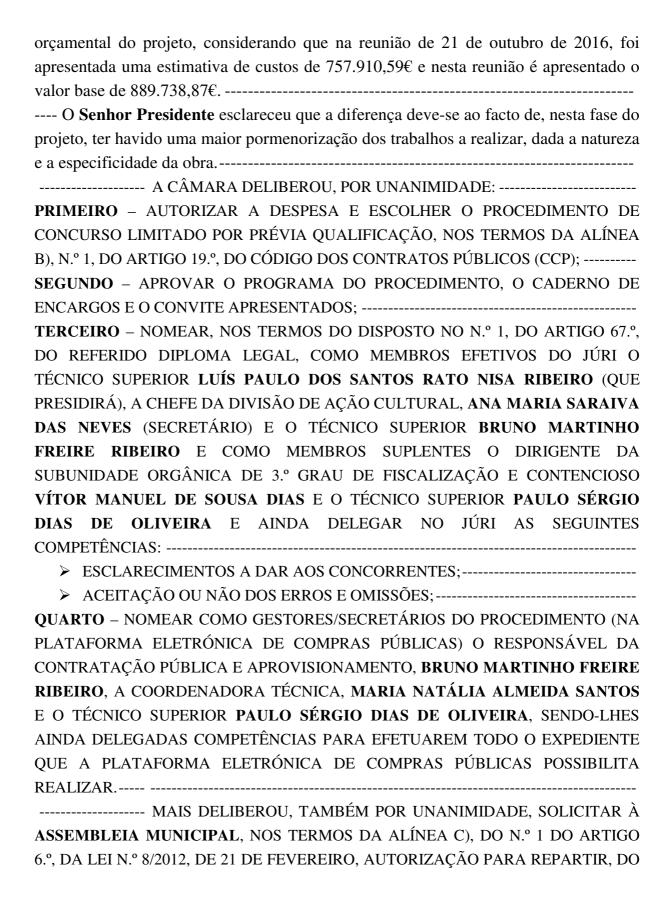
000

P011/2017 – REABILITAÇÃO DO CASTELO E PAÇO DOS CONDES DE OURÉM -----

pelo órgão deliberativo. -----------À Consideração Superior''. ------

---- Tomou a palavra a Senhor Vereador Luís Miguel Marques Grossinho Coutinho de Albuquerque, que questionou por que motivo foi alterado a estimativa

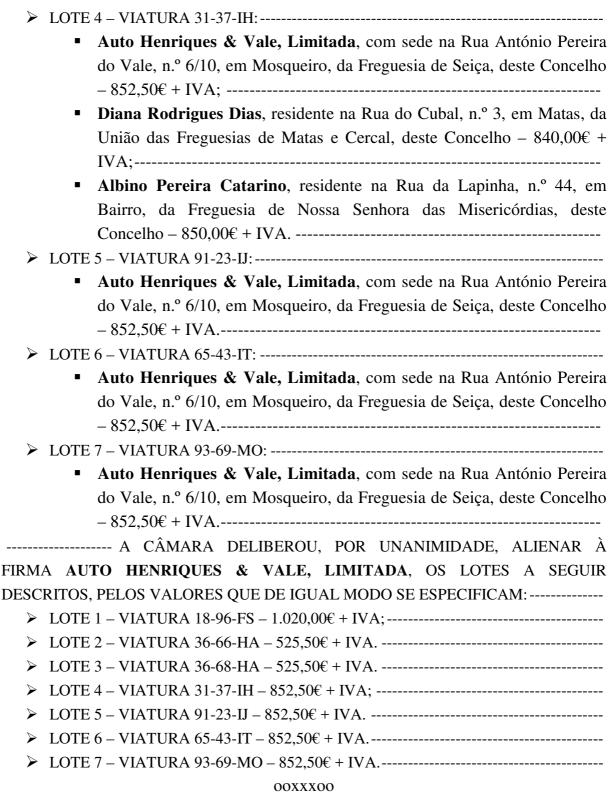




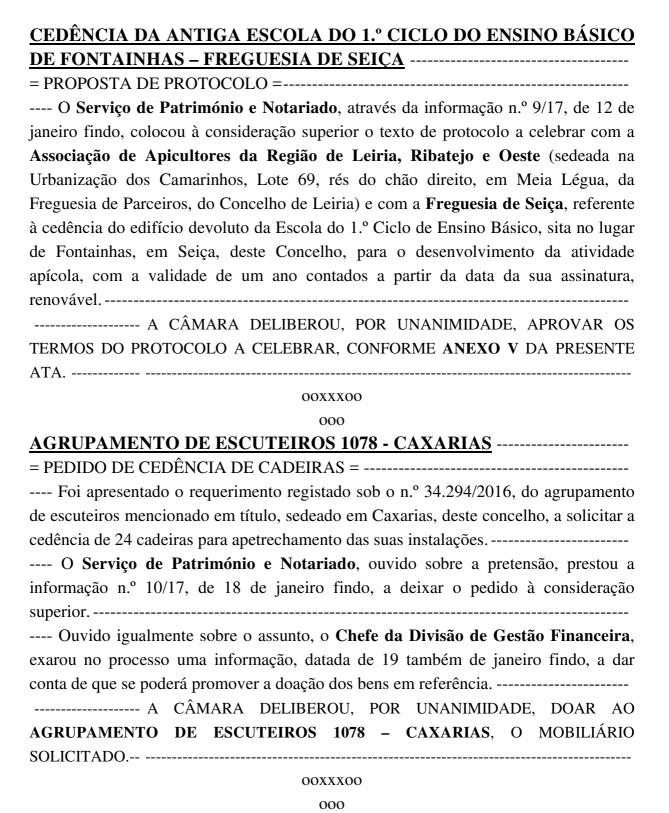


SEGU	INTE MO	DO, PELOS	ANOS E	CONÓMICO	OS DE	E 2017 E 20	18, OS E	NCARGOS
DECC	PRRENTES	DA REFER	IDA EMPI	REITADA:				
	- ANO	2017 – 471.5	61,60 EUR	OS;				
			•	*				
			- ,	ooxxxoo				
				000				
ALII	ENACÃO	DE SETE	VIATI		NICII	PAIS USAI	DAS	
						sta pública,		
	-	-				-	-	
		-		_	_	s a apresenta		
cuja b	ase de lici	tação consta	da tabela	a seguir de	escrita	,		
N	a presente	reunião, o S	Senhor Pr	esidente p	rocede	eu à leitura d	lo edital 1	n.° 88/2016
e à ha	sta pública	a para venda	das sete v	iaturas:				
	_ 	<u>*</u>			I		<u> </u>	Base de
Lote	Matricula	Marca	Modelo	Cilindrada	Ano	Combustível	Klms	Licitação
1	18-96-FS	Volkswagem	Golf 3	1896 cm3	1995	Gasóleo	186.646	800,00€
2	36-66-HA	Opel	Corsa – B	1488 cm3	1996	Gasóleo	435.531	500,00€
3	36-68-HA	Opel	Corsa – B	1468 cm3	1996	Gasóleo	431160	500,00€
4	31-37-IH	Opel	Corsa – B	1488 cm3	1997	Gasóleo	189.240	800,00€
5	91-23-IJ 65-43-IT	Opel	Corsa - B	1488 cm3	1997	Gasóleo	379.145	800,00€
7	93-69-MO	Opel	Corsa B	1488 cm3	1997	Gasóleo Gasóleo	275.721	800,00€
/	93-09-MO	Opel	Corsa – B	1488 cm3	1999	Gasoleo	216.511	800,00€
A	presentara	m propostas	as seguin	tes firmas/p	oarticu	ılares:		
>	LOTE 1	– VIATUR <i>A</i>	18-96-F	S:				
						m sede na F		
		_						
				•		guesia de Se	-	
	■ A]	lbino Perei	ra Catari	ino, reside	nte na	a Rua da L	apinha,	n.° 44, em
	Ва	airro, da F	reguesia	de Nossa	Senl	nora das M	1isericóro	dias, deste
	Co	oncelho – 91	5,00€ + Γ	VA				
>	LOTE 2 -	- VIATURA 3	36-66-HA:					
						m sede na F		
		-		•		guesia de Se		
				-				
_		,						
	■ A ı	uto Henriqı	ies & Va	le, Limitac	da, co	m sede na F	Rua Antó	nio Pereira

do Vale, n.º 6/10, em Mosqueiro, da Freguesia de Seiça, deste Concelho – 525,50€ + IVA.-----

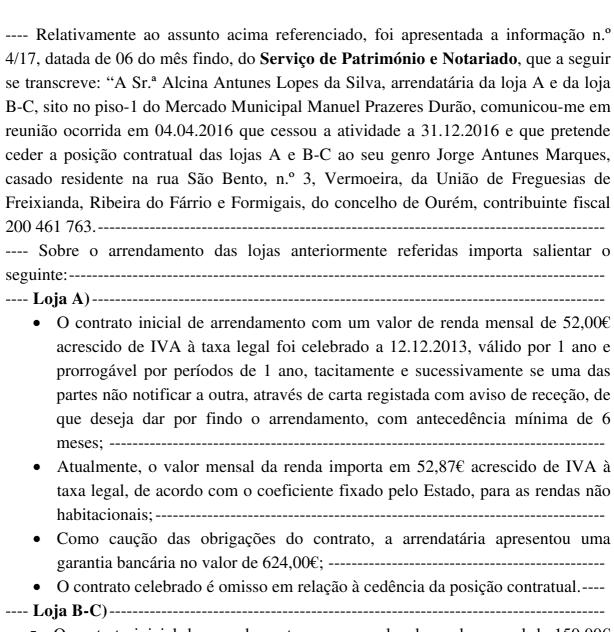




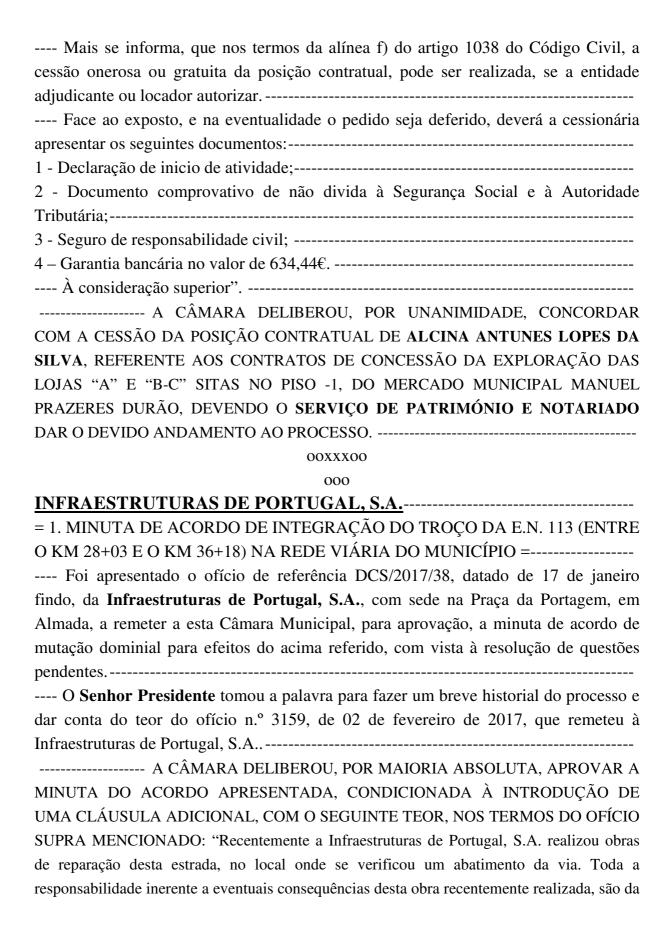


CONCESSÃO DA EXPLORAÇÃO DAS LOJAS "A" E "B-C" SITAS NO PISO -1, DO MERCADO MUNICIPAL MANUEL PRAZERES DURÃO --





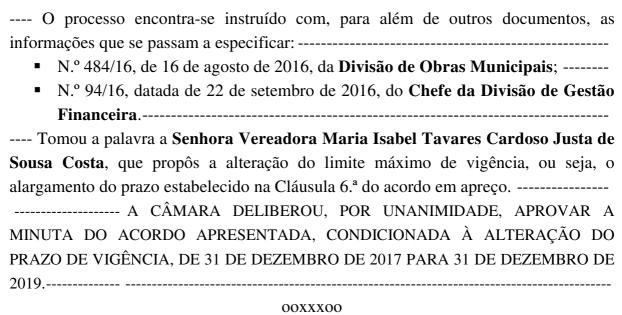
- Atualmente, o valor mensal da renda importa em 152,55€ acrescido de IVA à taxa legal, de acordo com o coeficiente fixado pelo Estado, para as rendas não habitacionais; ------
- O contrato celebrado é omisso em relação à cedência da posição contratual. ----





inteira responsabilidade da Infraestruturas de Portugal, S.A., nomeadamente a eventualidade
de ser necessária nova intervenção no mesmo local
Se tal necessidade se verificar, poderá o Município efetuar a referida nova reparação e
apresentar as responsabilidades às Infraestruturas de Portugal, S.A."
Votaram contra os Senhores Vereadores Luís Miguel Marques Grossinho Coutinho
de Albuquerque e Maria Isabel Tavares Cardoso Justa de Sousa Costa, que apresentaram
a seguinte declaração de voto: "Vem o executivo socialista apresentar uma minuta de acordo
de mutação dominial, com o IP - Infraestruturas de Portugal, referente à integração na rede
viária do Município de Ourém do troço da estrada nacional 113 entre o Km 28+03 e o Km
36+18 numa extensão de cerca de 8,17 Km
De acordo com a proposta agora apresentada, o IP, propõe-se transferir para o Município
o valor de 180 Mil Euros, ficando a Autarquia com a responsabilidade de execução dos
passeios em Alburitel
Apesar de termos em conta a necessidade de realizar esta intervenção, face aos diversos
acidentes e ao perigo que a referida estrada representa para os peões, os Vereadores da
Coligação entendem que o valor indicado é manifestamente insuficiente, dada a extensão do
troço a transferir, pois não podemos esquecer o encargo que passará a representar a limpeza
das bermas e valetas, a manutenção dos semáforos, das pontes e obras de arte existentes, bem
como de toda a administração inerente a uma via com esta dimensão e tráfego
Embora a proposta final apresentada pelo executivo socialista acrescente uma salvaguarda
referente a um pequeno troço intervencionado recentemente pelo IP, não podemos deixar de
referir que não conhecemos qualquer projeto referente à execução dos passeios em Alburitel,
pelo que não temos condições para avaliar se os valores propostos serão suficientes para, pelo
menos, assegurar o pagamento da referida obra
Face ao atrás exposto, os Vereadores da Coligação PPD/PSD-CDS/PP, votam CONTRA a
proposta, porque entendem que esta transferência de domínio nestas condições trará custos
elevados ao Município a médio longo prazo."
= 2. MINUTA DE ACORDO DE INTEGRAÇÃO DO TROÇO DA E.N. 356 (ENTRE
O ENTRONCAMENTO DE ACESSO AO NÓ DA A1 E A ROTUNDA SUL, EM
FÁTIMA) NA REDE VIÁRIA DO MUNICÍPIO =
Através de carta enviada por correio eletrónico no dia 10 de agosto de 2016, a
Infraestruturas de Portugal, S.A., com sede na Praça da Portagem, em Almada,
remeteu a esta Autarquia, para aprovação, minuta de acordo de mutação dominial para
efeitos do designado em epígrafe, com a comparticipação financeira, por parte daquela
empresa, de 800.000,00€





DEVOLUÇÃO DE VERBA, POR MOTIVO DE ROTURA-----

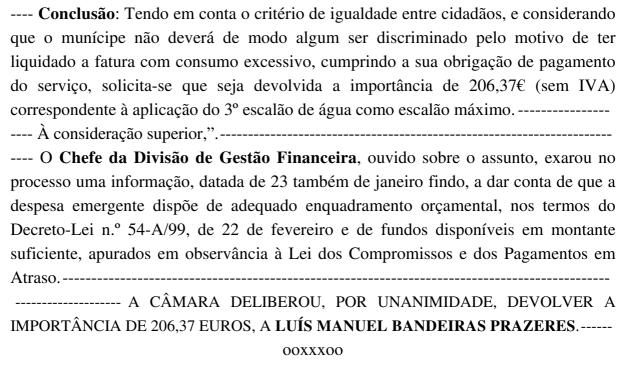
---- Sobre o assunto supra mencionado, a Divisão de Ambiente e Sustentabilidade prestou a informação n.º 7/17, de 04 de janeiro findo, que na presente reunião foi apreciada e que a seguir se reproduz na íntegra: "Caso: Os serviços da DAS deslocaram-se em 2015 à moradia sita na Estrada Coelho Prazeres n.º 41 em Casal Farto, freguesia de Fátima, propriedade do Sr. Luís Prazeres e da Sra. Manuela Prazeres, tendo confirmado a existência de uma rotura na rede predial da habitação sendo posteriormente devolvida a importância de 17,76€ da tarifa de Resíduos. --------- Em 2016, o casal vem reclamar o facto de não terem tido direito ao acerto da faturação, conforme foi feito a outros utilizadores na mesma situação, apesar de se terem deslocado diversas vezes ao Município a fim de lhe solucionarem o problema. ------ Antecedentes: Em 2015, após acordo com a Be Water, e na sequência de várias reclamações de munícipes que tiveram roturas na rede predial, foram devolvidos aos utilizadores parte dos montantes faturados. Esse custo foi suportado pela empresa concessionária. --------- Nessa data, não foi feito acordo com o Sr. Luís Prazeres pois não existia nenhuma divida à empresa já que a fatura tinha sido liquidada. --------- Solução: Considera-se que deverá o Município proceder à devolução da diferença entre a faturação de 148 m³ ao 3º escalão e o que foi efectivamente cobrado. -----

Cobrado 4º e 5º escalão	Faturado ao 3º escalão	Diferença
178,80€ + 214,41€ =	148 m3 x 1,2624€ =	
393,21€	186,84€	206,37 €



Figura 1: Descrição da fatura

Descrição	Valor Unit.	Periodo	Origem	Faturado	Valor	IVA
CONSUMO ÁGUA (A)						
1º Esc. Água 0 - 5 em 30 das	0,456000	2014-10-04 2015-02-05	Real	21 m3 em 125 dlas	9,58	(2)
2º Esc. Água 6-10 em 30 das	0,704600	2014-10-04 2015-02-05	Real	20 m3 em 125 días	14,09	(2)
3º Esc. Água 11-20 em 30 das	1,262400	2014-10-04 2015-02-05	Real	41 m3 em 125 días	51,76	(2)
4º Esc. Água 21-40 em 30 das	2,180500	2014-10-04 2015-02-05	Real	82 m3 em 125 dlas	178,80	(2)
5° Esc. Água - 40 em 30 das	3,248700	2014-10-04 2015-02-05	Real	66 m3 em 125 días	214,41	(2)
Água	0,000000	2014-10-04 2015-01-06	Acerto	Períodos Anteriores	-44,13	(2)



000

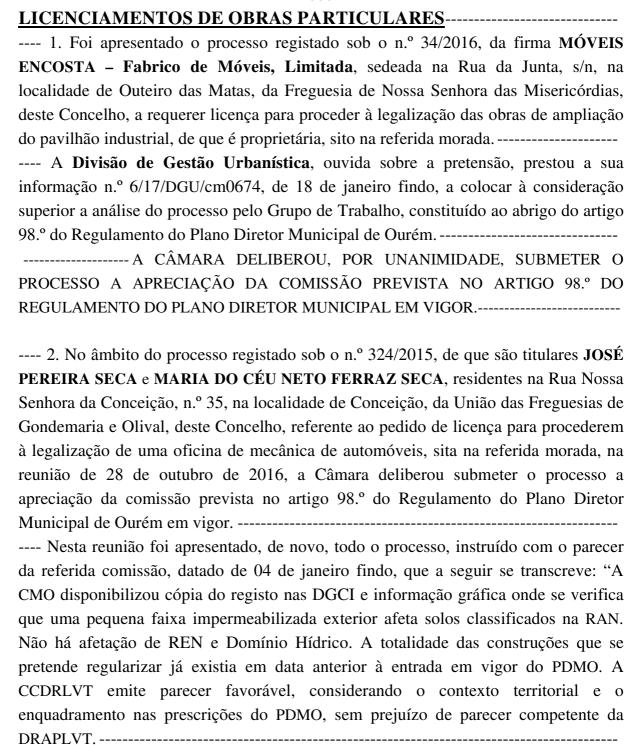
------ A CÂMARA DELIBEROU, POR UNANIMIDADE, APROVAR O PROJETO DE EXECUÇÃO E OS PLANOS DE SEGURANÇA E SAÚDE E DE PREVENÇÃO E GESTÃO DE RESÍDUOS DE CONSTRUÇÃO E DEMOLIÇÃO



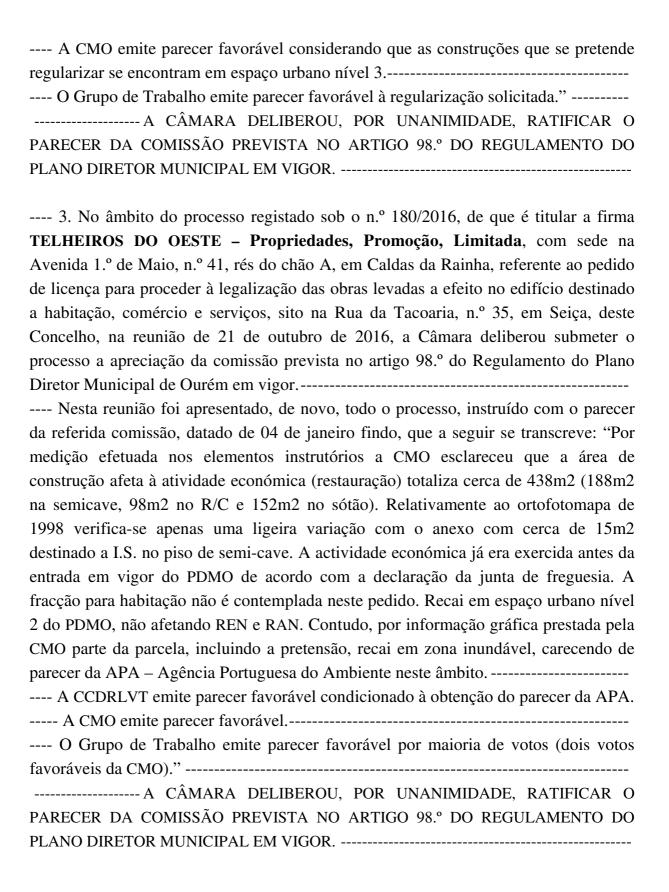
APRESENTADOS E REMETER O PROCESSO À CONTRATAÇÃO PÚBLICA E APROVISIONAMENTO PARA INICIAR OS PROCEDIMENTOS DE CONTRATAÇÃO.

ooxxxoo

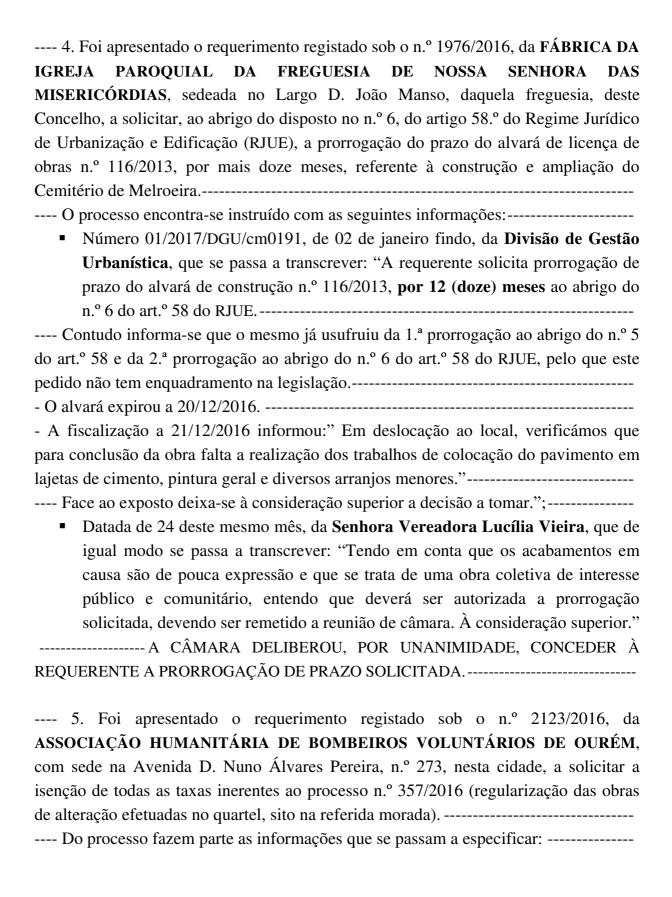
000



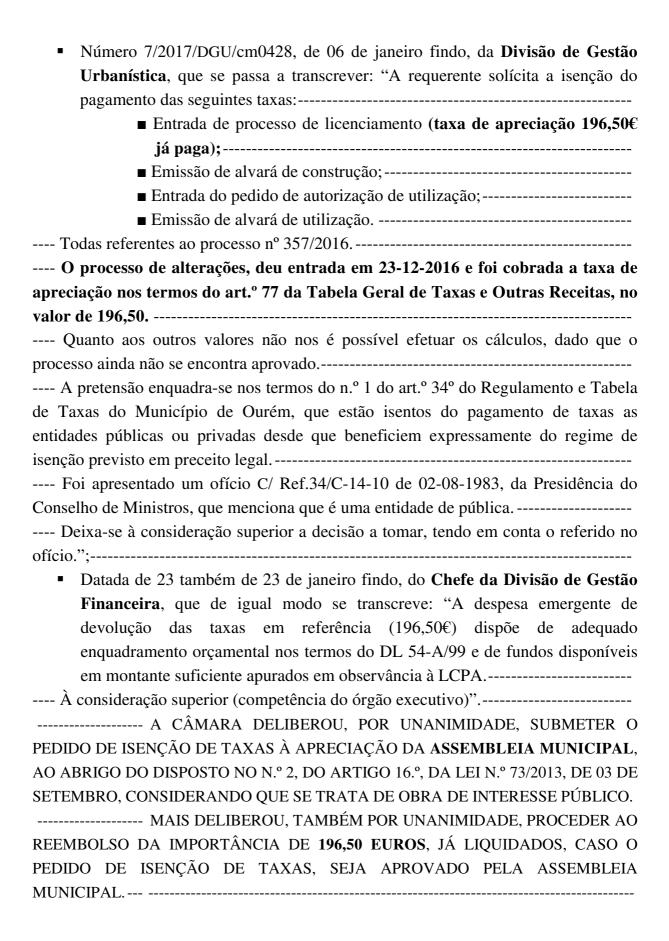




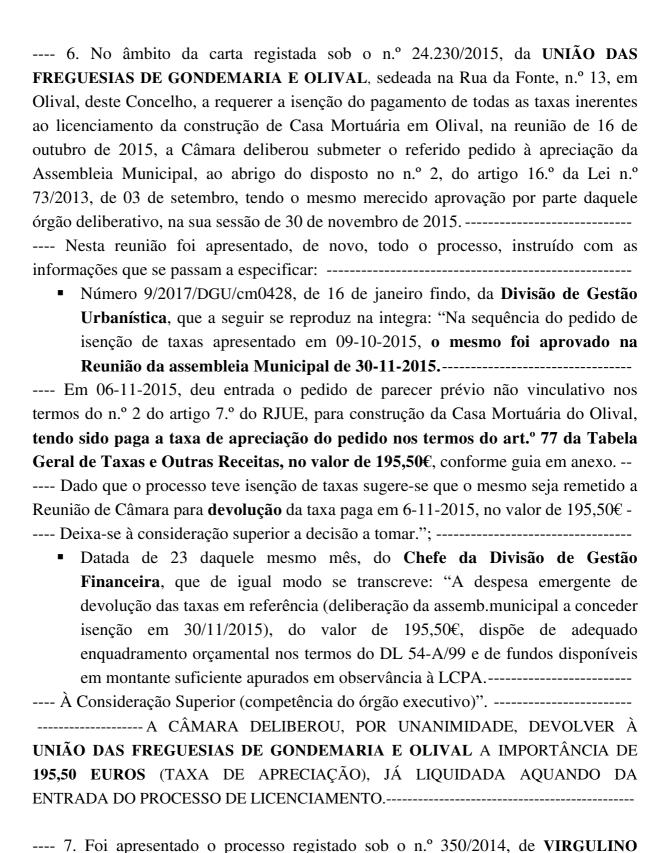






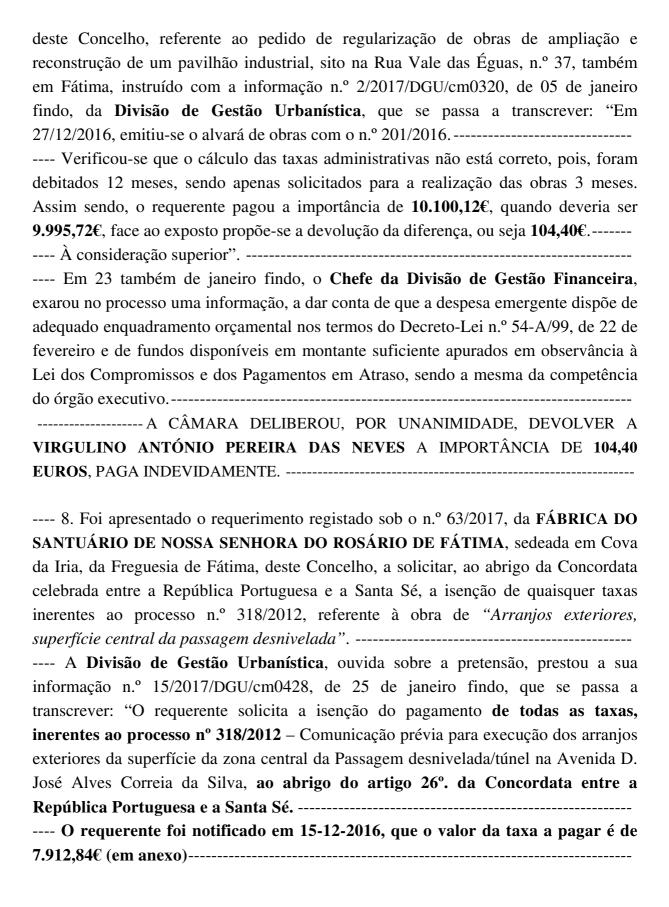




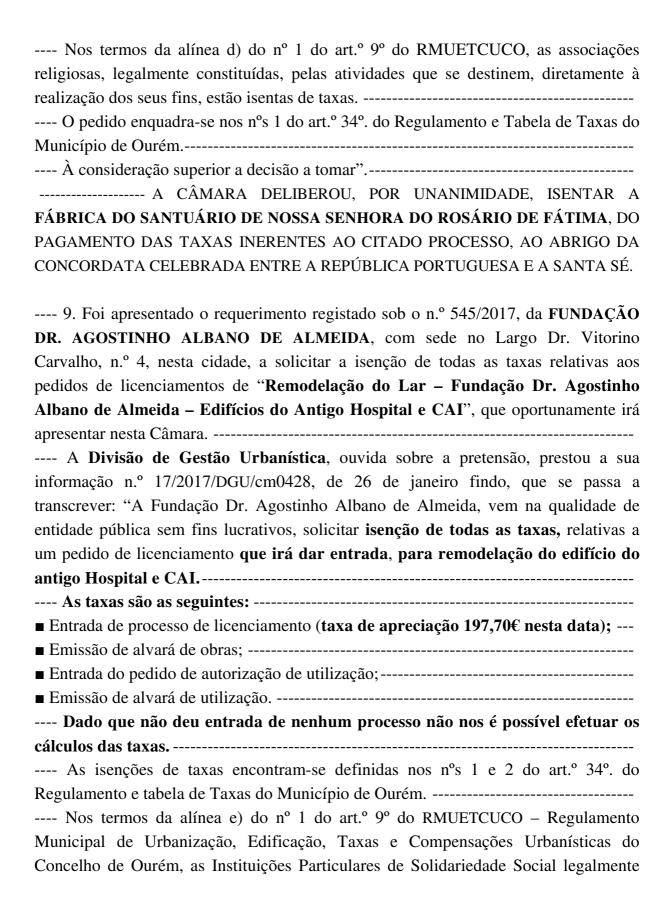


ANTÓNIO PEREIRA DAS NEVES, residente na Rua do Rosário, n.º 40, em Fátima,

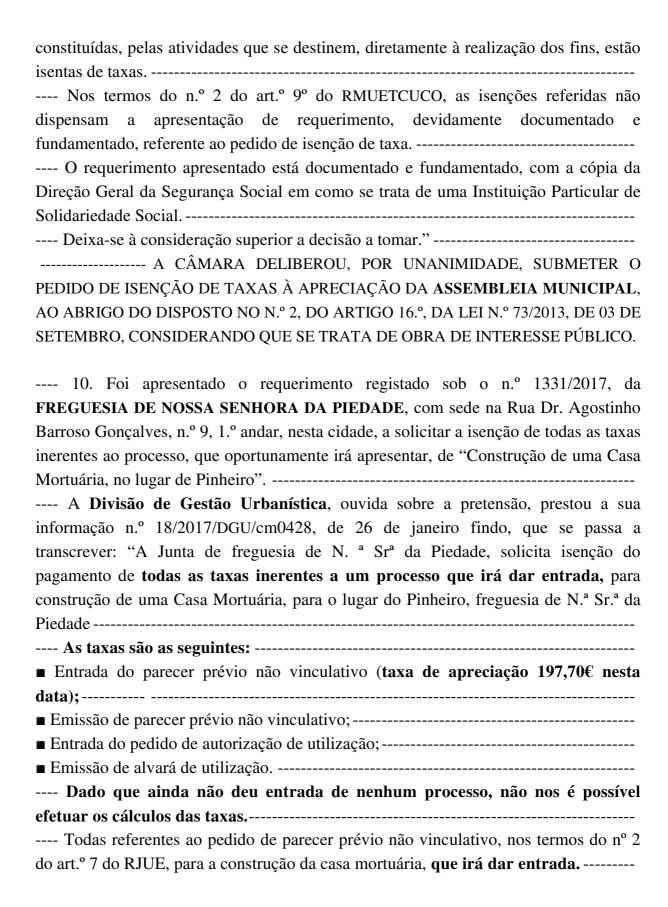




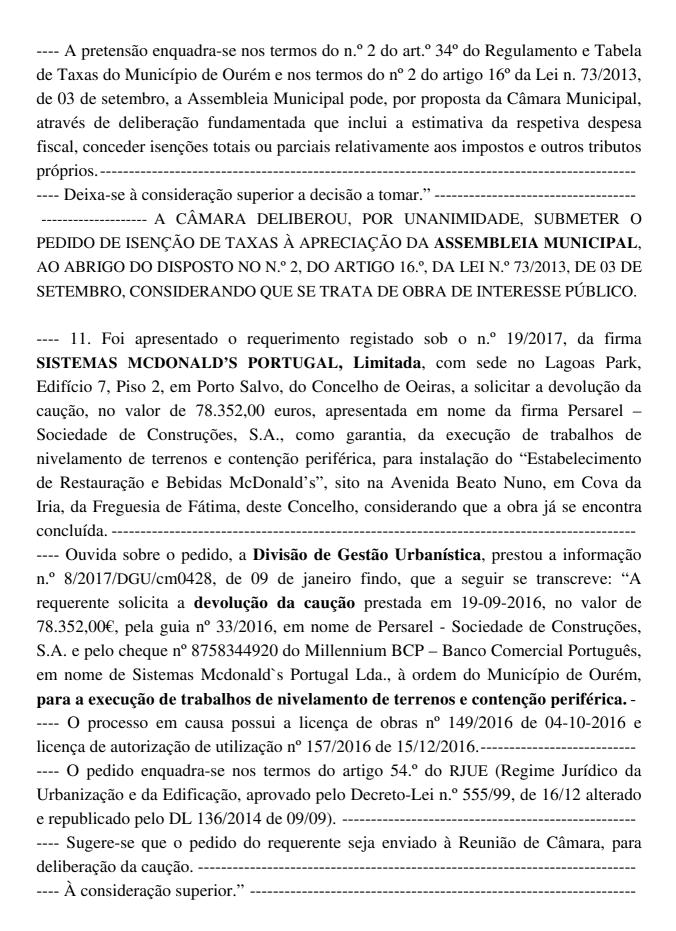




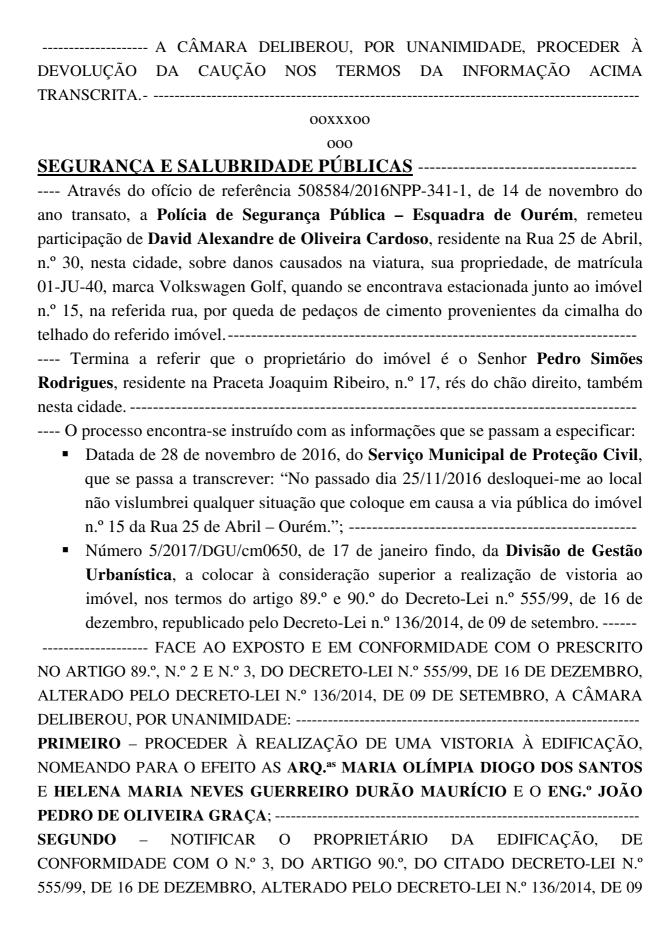














DE SI	ETEMBRO, PARA QUE	, QUERENDO, INDIQUE UM P	ERITO PARA INTERVI	R
NA R	EALIZAÇÃO DA VISTO	PRIA		-
		ooxxxoo		
		000		
CON	TRATOS-PROGRA	MA CELEBRADOS COM	A OURÉMVIVA	_
GES	TÃO DE EVENTOS,	<u>, SERVIÇOS E EQUIPAME</u>	ENTOS, E.M., S.A	-
= SEI	RVIÇOS ESCOLARES	– RETIFICAÇÃO DAS VERB	AS REFERENTES AO	S
MESI	ES DE JANEIRO A MA	ARÇO DE 2016 =		-
N	a reunião de 20 de maio	o de 2016, em face da informaçã	ão 156/16, então prestad	a
pela I	Divisão de Educação e	Assuntos Sociais, a Câmara de	eliberou transferir para	a
Ourér	nviva – Gestão de Ev	rentos, Serviços e Equipament	os, E.M., S.A., a verb	a
refere	nte às atividades de ani	mação sócio-educativa e apoio à	à família do Pré-escolar	e
ao for	necimento de refeições	escolares aos alunos do 1.º Cicl	o do Ensino Básico, nui	n
total c	le 6.711,90€, relativa ao	s meses de janeiro a março de 20	016	-
N	lesta reunião foi aprese	entado, de novo, todo o proces	so, acompanhado com	a
inforn	nação n.º 423/16, de	27 de outubro de 2016, da I	Divisão de Educação	e
Assur	ntos Sociais, que a seg	uir se transcreve: "Fomos con	tactados pela Ourémviv	a
quant	o à disparidade de valor	res constante na informação n.º	156/16, relativamente a	o
acerto	do Contrato Programa	"Serviços Escolares" janeiro a	março, que foi objeto d	e
delibe	eração de câmara a 20.05	5.2016		-
R	Reanalisados os valores	informamos que nos termos o	do n.º 2 da Cláusula 9	а
(Regi	me de faturação) do Co	ntrato Programa "Serviços Esco	olares", celebrado entre	o
Munio	cípio e a Ourémviva E	E.M.,S.A. em 16.11.2015, cuja	aprovação foi objeto d	e
delibe	eração camarária em 1	7.09.2015, "o acerto referente	e aos subsídios mensa	S
estimo	ados, será efetuado trin	nestralmente, com a emissão do	os respetivos documento	S
conta	bilísticos, caso os valore	es sejam superiores ou inferiores	s ao estimado"	-
In	formamos que os dados	do ano letivo 2015/2016		-
- Qua	nto às <u>Atividades de An</u>	imação e Apoio à Família		-
		Val		
	Volonos modizados ionsina	Valores pagos, de acordo com o plano de pagamento do Contrato	Montonto o pagar à	
	Valores realizados janeiro a março 2016	Programa (janeiro a março)	Montante a pagar à OurémViva	
	13.035,21 €	6.744,00€	6.291,21 €	
<u>[</u>]	13.033,21 €	0.744,00€	U.271,21 C	

- Quanto ao Programa de Generalização do fornecimento de refeições escolares aos

Valores pagos, de acordo com o

alunos do 1º Ciclo do Ensino Básico -----

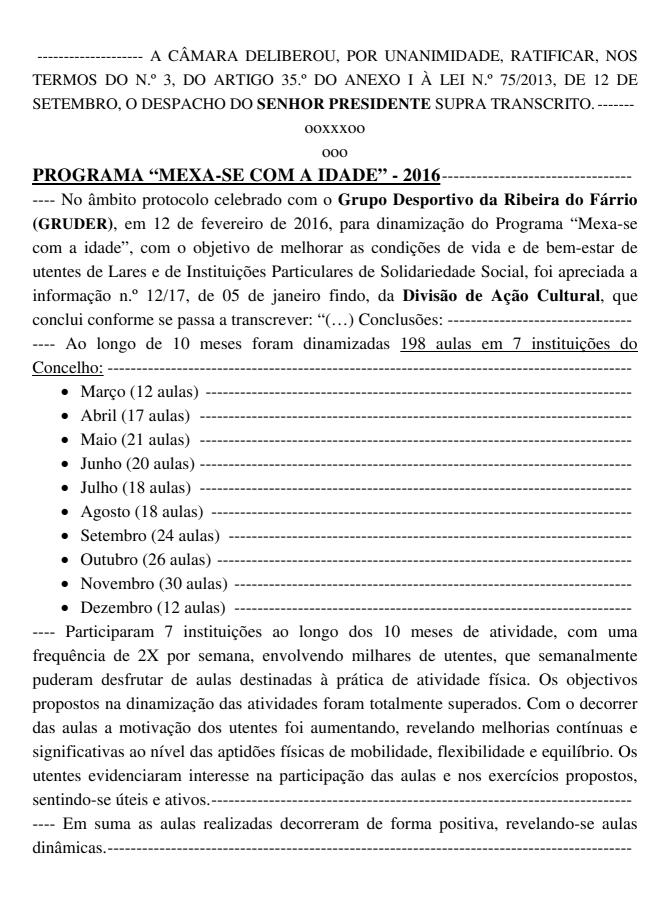


Valores realizados	plano de pagamento do Contrato	Montante a pagar à	
janeiro a março 2016	Programa (janeiro a março)	OurémViva	
9.239,14€	8.694,00 €	545,14 €	

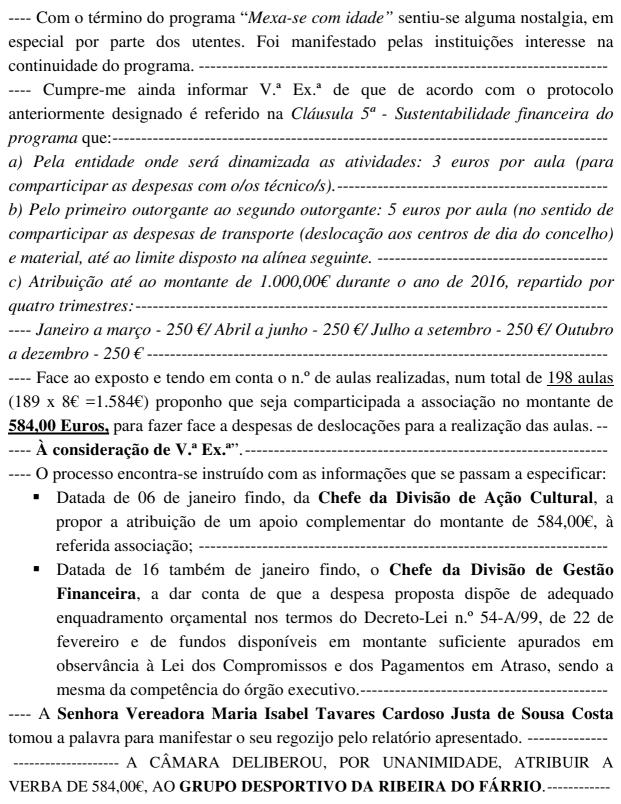
---- Face ao exposto, sugiro que se remeta a presente informação à Divisão de Gestão Financeira para solicitar à empresa municipal a emissão dos respetivos documentos

contabilísticos.
À CONSIDERAÇÃO V.ª EX.ª"
Do processo faz ainda parte uma informação, datada de 15 de novembro de 2016,
do Chefe da Divisão de Gestão Financeira, a dar conta de que a despesa adicional
emergente dispõe de adequado enquadramento orçamental, nos termos do Decreto-Lei
n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro e de fundos disponíveis em montante suficiente,
apurados em observância à Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso
A CÂMARA DELIBEROU, POR UNANIMIDADE, APROVAR A
RETIFICAÇÃO PROPOSTA E PROCEDER À TRANSFERÊNCIA DOS MONTANTES
APONTADOS
OOXXXOO
000
PROGRAMA DE GENERALIZAÇÃO DO FORNECIMENTO DE
REFEIÇÕES ESCOLARES AOS ALUNOS DO 1.º CICLO DO ENSINO
<u>BÁSICO - ANO LETIVO 2015/2016</u>
= ADENDA AO CONTRATO-PROGRAMA =
Foi apresentado o ofício n.º 17.601/2016, de 14 de novembro de 2016, da Direção-
Geral dos Estabelecimentos Escolares, com sede na Praça de Alvalade, n.º 12, em
Lisboa, a remeter dois exemplares da adenda ao contrato-programa relativo ao
programa em apreço e a solicitar a devolução de um exemplar devidamente assinado e
autenticado
Ouvida sobre o assunto, a Divisão de Educação e Assuntos Sociais prestou a
informação n.º 507/16, de 20 de dezembro também de 2016, a sugerir a assinatura da
referida adenda, com vista à regularização do número de alunos e respetiva
comparticipação financeira
O Senhor Presidente exarou no processo o despacho, datado de 30 de janeiro de
2017, que se passa a transcrever: "Aprovado nos termos da informação
À reunião para ratificar"

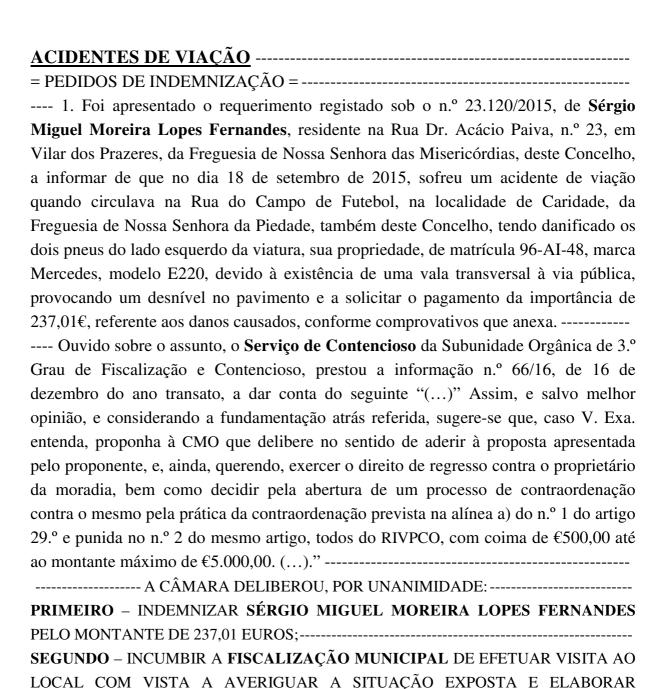




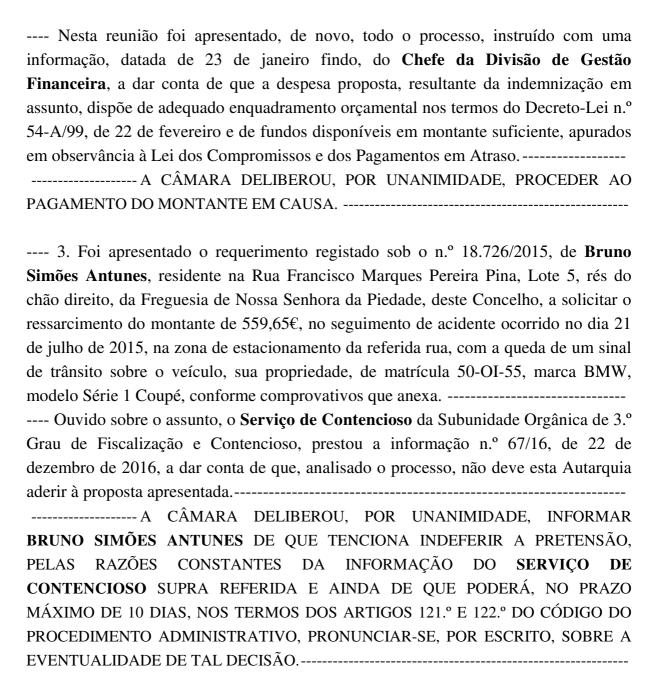








RELATÓRIO.--- ------

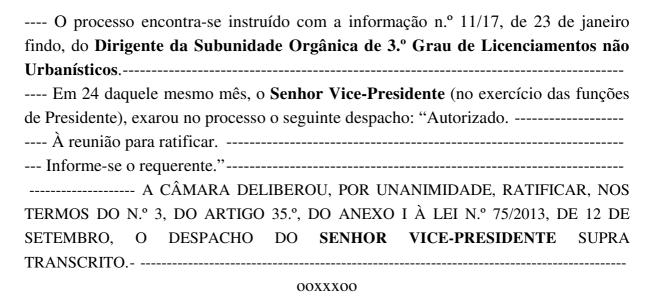


ooxxxoo

000

PEDIDO DE TRANSLADAÇÃO DE CADÁVER OU OSSADAS -----



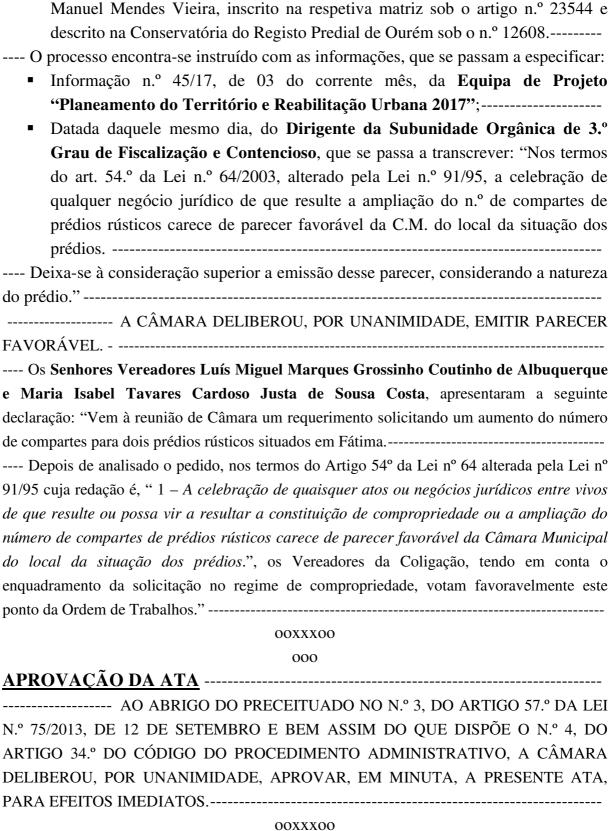


000

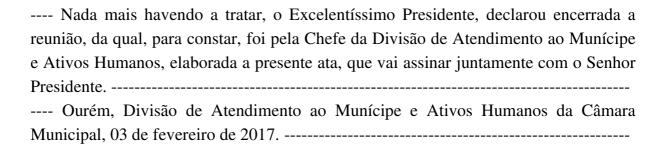
AMPLIAÇÃO DO NÚMERO DE COMPARTES OU CONSTITUIÇÃO DE COMPROPRIEDADE (LEI N.º 91/95, DE 2 DE SETEMBRO)------

- prédio rústico, composto por terra de semeadura, no sítio de Lagoa, limite de Lagoa da Carreira, em Cova da Iria, da Freguesia de Fátima, do Concelho de Ourém, com a área de 570 m², a confrontar a norte com Instituto de Beneficência Maria da Conceição Ferrão Pimentel, a sul com Hermínio Henriques Vieira, a nascente com estrada e a poente com José Vieira dos Reis e









O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL,

A CHEFE DA DIVISÃO DE ATENDIMENTO AO MUNÍCIPE E ATIVOS HUMANOS,



ORDEM DO DIA PARA A REUNIÃO DA CÂMARA MUNICIPAL MARCADA PARA 03/02/2017

= PERÍODO DE "ANTES DA ORDEM DO DIA" – ARTIGO 52.º DA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO

1. PRESIDÊNCIA

1.1. COMUNICAÇÕES DO PRESIDENTE DA CÂMARA

- = Da aprovação dos projetos de licenças para construção, reedificação ou conservação sobre os quais despachou em conformidade com a delegação de competências, efetuada em reunião de 2015.05.29;
- = Da aprovação de licenças em processos com competência delegada ao abrigo do n.º 1, do artigo 34.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;
- = Pagamentos.

1.2. GABINETE DE APOIO À PRESIDÊNCIA

= Requalificação Urbana da Avenida D. José Alves Correia da Silva, Parte B – Troços entre a Passagem Desnivelada e as Rotundas Norte e Sul, Freguesia de Fátima – Retificação da deliberação de 28 de outubro de 2016.

1.3. SERVIÇO MUNICIPAL DE PROTEÇÃO CIVIL

- = Autorização prévia para ações de (re)arborização:
 - 1. Carta registada sob o n.º 1305/2017, do Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, I.P., sobre pedido de Manuel Rodrigues Batista
 - 2. Carta registada sob o n.º 1470/2017, do Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, I.P., sobre pedido de Rogério Paulo Dias Fino:
 - 3. Carta registada sob o n.º 2316/2017, do Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, I.P., sobre pedido de José Maria de Oliveira Sousa;
 - 4. Carta registada sob o n.º 2317/2017, do Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, I.P., sobre pedido de Célia Margarida Lopes de Oliveira.

2. DIVISÃO DE GESTÃO FINANCEIRA

- = Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Caxarias Proposta de protocolo Informação n.º 6/17, de 30 de janeiro de 2017, do Chefe da Divisão de Gestão Financeira;
- = "Requalificação da antiga E.N. 356 (Fátima)" Protocolo celebrado com a então EP Estradas de Portugal, E.P.E. Ofício de referência DCS/2017/13, datado de 13 de janeiro de 2017, da Infraestruturas de Portugal, S.A..

2.1. CONTRATAÇÃO PÚBLICA E APROVISIONAMENTO

- = P103/2016 Pavimentação e drenagem pluvial da Rua Central Soutaria União das Freguesias de Gondemaria e Olival Informação n.º 321/16, de 29 de novembro de 2016, da Contratação Pública e Aprovisionamento (CPA);
- = Armazém Municipal:
 - 1. Inventário 2016 Informação n.º 12/17, de 16 de janeiro de 2017, da CPA;
 - 2. Material obsoleto Informação, datada de 23 de janeiro de 2017, da CPA;
- = P011/2017 Reabilitação do Castelo e Paço dos Condes de Ourém Informação n.º 24/17, de 27 de janeiro, da CPA.



2.2. PATRIMÓNIO E NOTARIADO

- = Alienação de sete viaturas municipais usadas Abertura de propostas;
- = Cedência da antiga escola do 1.º Ciclo do Ensino Básico de Fontainhas Freguesia de Seiça
- Proposta de protocolo Informação n.º 9/17, de 12 de janeiro, do Serviço de Património e Notariado (SPN);
- = Agrupamento de Escuteiros 1078 Caxarias Pedido de cedência de cadeiras Requerimento registado sob o n.º 34.294/2016, daquele agrupamento;
- = Concessão da exploração das lojas "A" e "B-C" sitas no piso -1, do Mercado Municipal Manuel Prazeres Durão Informação n.º 4/17, de 06 de janeiro, do SPN;
- = Infraestruturas de Portugal, S.A.:
 - 1. Minuta de acordo de integração de troço da E.N. 113 na rede viária do Município Ofício de referência DCS/2017/13, datado de 13 de janeiro de 2017, daquela empresa;
 - 2. Minuta de acordo de integração de troço da E.N. 356 na rede viária do Município Carta enviada por correio eletrónico no dia 10 de agosto de 2016, da empresa.

3. DIVISÃO DE AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE

- = Devolução de verba, por motivo de rotura Informação n.º 7/17, de 04 de janeiro de 2017, da Divisão de Ambiente e Sustentabilidade (DAS);
- = Redes de drenagem de águas residuais nas Freguesias de Cercal, Espite e Matas Projeto de execução Informação n.º 92/17, de 31 de janeiro, da Chefe da DAS.

4. DIVISÃO DE GESTÃO URBANÍSTICA

- = Licenciamentos de obras particulares:
 - 1. Processo registado sob o n.º 34/2016, da firma Móveis Encosta Fabrico de Móveis, Limitada, instruído com a informação n.º 6/2017/DGU/cm0674, de 18 de janeiro, da Divisão de Gestão Urbanística (DGU);
 - 2. Processo registado sob o n.º 324/2015, de José Pereira Seca e Maria do Céu Neto Ferraz Seca, instruído com o parecer datado de 04 de janeiro de 2017, da Comissão prevista no artigo 98.º do Regulamento do Plano Diretor Municipal e com a informação n.º 6/2017/DGU/cm1151, de 05 de janeiro, da DGU;
 - 3. Processo registado sob o n.º 180/2016, da firma Telheiros do Oeste Propriedades, Promoção, Limitada, instruído com o parecer datado de 04 de janeiro de 2017, da Comissão prevista no artigo 98.º do Regulamento do Plano Diretor Municipal e com a informação n.º 7/2017/DGU/cm1151, de 05 de janeiro, da DGU;
 - 4. Requerimento registado sob o n.º 1976/2016, da Fábrica da Igreja Paroquial da Freguesia de Nossa Senhora das Misericórdias, instruído com a informação n.º 1/2017/DGU/cm0191, de 02 de janeiro, da DGU;
 - 5. Requerimento registado sob o n.º 2123/2016, da Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários de Ourém, instruído com a informação n.º 7/2017/DGU/cm0428, de 06 de janeiro, da DGU;
 - 6. Requerimento registado sob o n.º 24.230/2015, da União das Freguesias de Gondemaria e Olival, instruído com a informação n.º 9/2017/DGU/cm0428, de 16 de janeiro, da DGU:
 - 7. Processo registado sob o n.º 350/2014, de Virgulino António Pereira das Neves, instruído com a informação n.º 2/2017/DGU/cm320, de 05 de janeiro, da DGU;
 - 8. Requerimento registado sob o n.º 63/2017, da Fábrica do Santuário de Nossa Senhora do Rosário de Fátima, instruído com a informação n.º 15/2017/DGU/cm0428, de 25 de janeiro, da DGU;



- 9. Requerimento registado sob o n.º 545/2017, da Fundação Dr. Agostinho Albano de Almeida, instruído com a informação n.º 17/2017/DGU/cm0428, de 26 de janeiro, da DGU:
- 10. Requerimento registado sob o n.º 1331/2017, da Freguesia de Nossa Senhora da Piedade, instruído com a informação n.º 18/2017/DGU/cm0428, de 26 de janeiro, da DGU:
- 11. Requerimento registado sob o n.º 19/2017, da firma Sistemas McDonald's Portugal, Limitada, instruído com a informação n.º 8/2017/DGU/cm0428, de 09 de janeiro, da DGU;
- = Segurança e Salubridade públicas Ofício de referência 508584/2016NPP-341-1, de 14 de novembro de 2016, da Polícia de Segurança Pública Esquadra de Ourém, instruído com a informação n.º 5/2017/DGU/cm0650, de 17 de janeiro, da DGU.

5. DIVISÃO DE EDUCAÇÃO E ASSUNTOS SOCIAIS

- = Contratos-programa celebrados com a Ourémviva Gestão de Eventos, Serviços e Equipamentos, E.M., S.A. Serviços escolares Informação n.º 423/16, de 27 de outubro de 2016, da Divisão de Educação e Assuntos Sociais;
- = Adenda ao Programa de Generalização do Fornecimento de Refeições Escolares aos Alunos do 1.º Ciclo do Ensino Básico Ano letivo 2015/2016 Ofício n.º 17.601/2016, da Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares.

6. DIVISÃO DE AÇÃO CULTURAL

= Programa "Mexa-se com a idade" – 2016 – Apresentação de relatórios – Informação n.º 12/17, datada de 05 de janeiro de 2017, da Divisão de Ação Cultural.

7. SUBUNIDADE ORGÂNICA DE 3.º GRAU DE FISCALIZAÇÃO E CONTENCIOSO

- = Acidentes de viação Pedidos de indemnização:
 - 1. Requerimento registado sob o n.º 23.120/2015, de Sérgio Miguel Moreira Lopes Fernandes, sobre acidente ocorrido na Rua do Campo de Futebol Freguesia de Nossa Senhora da Piedade, no dia 18/09/2015;
 - 2. Processo registado sob o n.º 13.824/2016, de Pedro Jorge Dias de Sousa, sobre acidente ocorrido na Rua D.ª Branca de Seabra Nossa Senhora da Piedade, no dia 31/12/2015;
 - 3. Requerimento registado sob o n.º 18.726/2015, de Bruno Simões Antunes, sobre acidente ocorrido na Rua Francisco Marques Pereira Pina Freguesia de Nossa Senhora da Piedade, no dia 21/07/2015;

8. SUBUNIDADE ORGÂNICA DE 3.º GRAU DE LICENCIAMENTOS NÃO URBANÍSTICOS

= Pedido de trasladação de cadáver ou ossadas — Requerimento registado sob o n.º 12.895/2016, da Congregação das Irmãs Reparadoras de Nossa Senhora de Fátima.



O Vice-Presidente da Câmara

Nazareno José Menitra do Carmo



ADITAMENTO

ORDEM DO DIA PARA A REUNIÃO DA CÂMARA MUNICIPAL MARCADA PARA 03/02/2017

- 9. DIVISÃO DE ATENDIMENTO AO MUNÍCIPE E ATIVOS HUMANOS
- 9.1. SECÇÃO DE EXPEDIENTE

= Ampliação do número de compartes: Requerimento registado sob o n.º 3280/2017, de Vitor Inácio Vieira Dias, sobre prédios sitos em Lagoa – Freguesia de Fátima.

Câmara Municipal de Ourém, 03 de fevereiro de 2017

O Presidente da Câmara

Paulo Alexandre Homem de Oliveira Fonseca



DIVISÃO DE GESTÃO URBANÍSTICA

Processos deferidos por despacho dos Exmos. Presidente e Vereadores, 20-01-2017 a 02-02-2017

Processo nº	Requerente	Local
1974/2016	Acácio Castelão &Gonçalves, Lda.	Rua dos Combatentes- Freguesia de Caxarias
119/2017	Conmarfel – Construção Civil e Obras Públicas, Lda.	Rua das Alagadas – Nº 71 – Maxieira – Freguesia de Fátima
157/2016	Daniel Francisco Valério	Avenida dos Pastorinhos, nº 798 - Aljustrel – Freguesia de Fátima
287/2014	ESTOFLINE – Car service, Lda.	Rua da Cerâmica, n.º 12 – da União das Freguesias de Gondemaria e Olival
220/2016	Fábrica da Igreja Paroquial de Freixianda	Estrada Real – São Jorge - da União das Freguesias de Freixianda, Ribeira do Fárrio e Formigais
1750/2016	LIDL & Cia	Rotunda do Ribeirinho – Ourém – Freguesia de Nª.Srª.Piedade
2073/2016	Mário de Sousa Rosa	Pinheiro – Ourém – Freguesia de Nossa Senhora da Piedade
314/2016	Nuno Miguel Boavida Lidónio Castelo	Travessa do Rei – Moita Redonda - Freguesia de Fátima
349/2014	Octávio dos Reis Lopes	Rua das Carvalheiras, nº 131 - Fátima -Freguesia de Fátima
93/2017	Samuel Dinis Pereira Prazeres	Giesteira – freguesia de Fátima
262/2016	Sociedade Industrial e Móveis - Vil arense	Rua dos Castelos n.º 81 — Vilar dos Prazeres — Freguesia de N.º Srº das Misericórdias

Ourém, 03 de fevereiro de 2017

A Assistente Técnica de Apoio Administrativo da DGU



DIREÇÃO INTERMÉDIA 3º GRAU DE LICENCIAMENTOS NÃO URBANÍSTICOS Processos deferidos por despacho do Ex.mo Presidente e/ou Vereador, de 20/01/2017 a 02/02/2017

Número Entrada	Requerente	Tipo de Licenciamento		
1506	Condomínio Prédio na R. Santa Iria - Fátima	Inspeção Periódica		
1510	Condomínio Prédio na R. Santa Iria - Fátima	Inspeção Periódica		
1252	Hotel Coração de Fátima	Inspeção Periódica		
1828	Fábrica Santuário Nª Sª do Rosário – Fátima	Inspeção Periódica		
1515	Condomínio Avenida Beato Nuno – Fátima	Inspeção Periódica		
1586	Condomínio Edifício Fórum Parque – Fátima	Inspeção Periódica		
2170	Condomínio Edifício Jardins de Fátima	Inspeção Periódica		
2173	Condomínio Edifício Jardins de Fátima	Inspeção Periódica		
2701	Administração do Cond. Urb. Ribeirinho	Inspeção Periódica		
2576	Mário Pereira Lopes	Inspeção Periódica		
19206	José Luís Marques Vicente	MCP - RJACSR		
15769	Sílvia Dias da Conceição	MCP - RJACSR		
15710	Iryna Dobryanska	MCP - RJACSR		
21090	Ricardo Jorge Costa Vitorino	MCP – RJACSR		
28117	Maria da Conceição Brás Gomes Jorge	MCP – RJACSR		
17758	Azimutideias-Unipessoal, Lda.	MCP – RJACSR		
15950	António Lopes Pereira	MCP – RJACSR		
23148	Ana Paula Oliveira Reis	MCP – RJACSR		
12402	João Marques de Sousa	MCP – RJACSR		
16119	Arminda Pereira de Sousa	MCP – RJACSR		
26672	Marco António dos Santos Reis	MCP – RJACSR		
880	Armanda Luísa Inácio	Pedido de cartão residente, Fátima		
600	Etelvina Maria P Marques	Pedido de cartão residente,		



		Fátima
35338	BTT- Clube dos Pinheiros	Prova desportiva
2010	CTT- Correios de Portugal, SA	Licenciamento de Publicidade

Ourém, 03 fevereiro de 2017

Jacinto Costa

(Dirigente de Direção Intermédia da Unidade 3.º Grau de Licenciamentos Não Urbanísticos, Despacho 48/2015, de 2015/Agosto/21)



APOIO FINANCEIRO

PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO ENTRE O MUNICÍPIO DE OURÉM E A ASSOCIAÇÃO HUMANITÁRIA DOS BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DE CAXARIAS — "AQUISIÇÃO DE UMA AMBULÂNCIA DE SOCORRO"

Considerando que:

- a) De acordo com a Lei de Bases da Proteção Civil (Lei n.º 27/2006, de 3 de julho), a proteção civil é uma atividade desenvolvida pelo Estado, Regiões Autónomas e Autarquias Locais, pelos cidadãos e por todas as entidades públicas e privadas com a finalidade de prevenir riscos coletivos inerentes a situações de acidente grave ou catástrofe, de atenuar os seus efeitos e proteger e socorrer as pessoas e bens em perigo quando aquelas situações ocorram, circunstância que deriva numa atividade permanente, multidisciplinar e plurissectorial;
- b) A Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Caxarias (AHBVC), através do seu corpo de bombeiros, é um agente de proteção civil, em observância ao disposto no n.º 1 do artigo 46.º da Lei n.º 27/2006, de 3 de julho, a qual aprova a Lei de Bases da Proteção Civil, desempenhando um papel fulcral em matéria de prevenção e socorro de pessoas e bens na sua área de intervenção adstrita ao concelho de Ourém;
- c) O Corpo de Bombeiros é uma estrutura operacional de referência obrigatória nessa missão de defesa e salvaguarda de pessoas e bens, treinada e preparada para agir com prontidão, constituindo um elo privilegiado de intervenção prioritária num vasto leque de ocorrências, detendo infraestruturas organizativas e de trabalho que permitem, sob diversos regimes de permanência e execução, um atendimento da população 24 horas por dia, todos os dias do ano;
- d) Os Municípios dispõem de atribuições no domínio da proteção civil, de acordo com alínea j) do n.º 2, do art. 23.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais (adiante designado por RJAL), aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;
- e) O Município de Ourém pretende dotar a Associação de melhores recursos, especificamente a aquisição de uma Ambulância de Socorro com o propósito do cumprimento dos seus objetivos e dos respetivos estatutos.

Pelo exposto e nos termos da alínea u) do n.º 1 do artigo 33.º, do Anexo I, da Lei 75/2013, de 12 de setembro, é celebrado o presente protocolo entre



PRIMEIRO OUTORGANTE: Município de Ourém, pessoa coletiva de direito público com NIPC 501 280 740, com sede em Ourém, na Praça D. Maria II, n.º 1 – 2490-499 Ourém, representado neste ato pelo Presidente da respetiva Câmara Municipal, Paulo Alexandre Homem de Oliveira Fonseca:

е

SEGUNDO OUTORGANTE: Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Caxarias, pessoa coletiva de direito privado com o NIPC 501 392 629, com sede na Rua dos Bombeiros Voluntários, nº 5, 2435-123 Caxarias, representada neste ato pelo Presidente da Direção da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Caxarias, Filipe Frias Antunes da Graça.

O qual se rege pelas seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA

(Objeto)

Constitui objeto do presente protocolo de colaboração a atribuição de um apoio financeiro, o qual visa financiar os encargos decorrentes da aquisição de uma Ambulância de Socorro (ABSC) tendo em consideração o Despacho n.º 21638/2009, de 28 de setembro (especificações técnicas de veículos e equipamentos operacionais dos Corpos de Bombeiros) bem como as características elencadas no Anexo – I, que faz parte integrante do presente protocolo.

CLÁUSULA SEGUNDA

(Apoio financeiro)

- O Primeiro Outorgante atribui ao Segundo Outorgante um apoio financeiro até ao montante de 35.000,00€ (trinta e cinco mil euros), de acordo com o plano de pagamentos previsto na cláusula seguinte;
- 2. Caso o montante executado pelo Segundo Outorgante seja superior ao valor inicialmente estimado, o apoio financeiro atribuído pelo Primeiro Outorgante ficará condicionado ao montante atribuído referido no número anterior.



 Caso o montante executado pelo Segundo Outorgante seja inferior ao valor inicialmente estimado, o apoio financeiro a conceder pelo Primeiro Outorgante ficará condicionado ao valor executado.

CLÁUSULA TERCEIRA

(Plano de pagamentos)

- 1. O apoio atribuído obedece ao seguinte plano de pagamentos:
 - a. 20.000 euros (Vinte Mil Euros), em fevereiro de 2017;
 - b. 15.000 euros (Quinze Mil Euros), em maio de 2017.
- O pagamento da segunda tranche (e última) está condicionado à apresentação de documentos de despesa e a comprovativo do pagamento de despesas em montante igual ou superior ao montante referente à prestação anterior.
- 3. Nos 30 dias subsequentes à ocorrência da última prestação, deverá o Segundo Outorgante efectuar a apresentação de documentos de despesa e respectivos comprovativos de pagamento em montante igual ou superior ao montante da respectiva prestação, facto que, caso não ocorra, implica a devolução do valor pago correspondente à última prestação.

4.	O pagamento	o será efec	tuado por	transfer	rência ba	ancária,	para a	ı conta ba	ncária d
	Associação H	Humanitária	dos Bom	nbeiros V	oluntário	s de Ca	axarias	, com o n	úmero d
	identificação	bancária					_ da	entidade	bancária
				, co	onforme o	declaraç	ão em	Anexo -	II, a qua
	faz parte inte	grante do p	resente co	ontrato-p	rograma				

CLÁUSULA QUARTA

(Obrigações genéricas do Segundo Outorgante)

O Segundo Outorgante obriga-se ao seguinte:

- a) Cooperar com o Primeiro Outorgante no acompanhamento ao cumprimento do presente protocolo de colaboração;
- b) Aplicar e administrar corretamente o apoio que lhe está a ser concedido tendo em conta o objeto do presente protocolo de colaboração;
- c) Atender, na sua atuação, aos critérios de eficácia e eficiência na gestão do apoio que lhe está a ser concedido;
- d) Divulgar no âmbito do objeto ao abrigo do presente protocolo "Apoio do Município de Ourém", devendo esta evidência estar identificável na Ambulância de Socorro;



- e) Cumprir o estabelecido no Código dos Contratos Públicos (Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro), considerando que a ação em causa é financiada maioritariamente por recursos públicos;
- f) Não afetar a outras finalidades, nem alocar, alienar ou por qualquer outro modo onerar, no todo ou em parte, os bens adquiridos no âmbito deste apoio, durante o seu prazo de vida útil legalmente estabelecido, sem a prévia autorização do Primeiro Outorgante.
- g) Manter o investimento afeto à respetiva atividade, pelo menos durante dez anos, contados a partir da conclusão da execução financeira prevista no presente contrato.
- h) Manter nas suas instalações, dossier devidamente organizado, com todos os documentos suscetíveis de comprovar as informações e declarações prestadas no âmbito deste protocolo, bem como os documentos comprovativos da realização das despesas, sob a forma de documentos originais ou cópias autenticadas e, disponibilizá-los (diretamente ou através dos seus representantes legais ou institucionais) para consulta sempre que solicitado pelo Primeiro Outorgante, no âmbito do acompanhamento, controlo e auditoria das operações, devendo ser mantido durante três anos após o término do presente protocolo;
- i) Apresentar a situação regularizada perante a Segurança Social e a Direção-Geral dos Impostos.

CLÁUSULA QUINTA

(Obtenção cumulativa de outro financiamento público externo)

- Caso o Segundo Outorgante obtenha outro financiamento externo público, diretamente consignado ao objeto de apoio estabelecido, designadamente o disposto na cláusula primeira, deverá de imediato comunicar a referida ocorrência ao Primeiro Outorgante, especificando as componentes elegíveis e o montante obtido.
- 2. Na circunstância de se verificar o previsto no número anterior, o Primeiro Outorgante condicionará os apoios financeiros atribuídos no presente protocolo, até ao montante não comparticipado por outras entidades públicas, com o propósito de não se verificar um duplo financiamento público consignado ao objeto de apoio definido.

CLÁUSULA SEXTA

(Acompanhamento e controlo do Protocolo de Colaboração)

O acompanhamento e controlo do presente protocolo de colaboração compete ao Primeiro Outorgante, assistindo-se o direito de, por si ou por terceiros, verificar a sua boa execução.



CLÁUSULA SÉTIMA

(Revisão do Protocolo de Colaboração)

O presente protocolo de colaboração pode ser objeto de revisão, por acordo das partes, no que se mostre estritamente necessário, ou unilateralmente pelo Primeiro Outorgante devido a imposição legal ou ponderoso Interesse Público.

CLÁUSULA OITAVA

(Incumprimento, rescisão e sanções)

- O incumprimento pelo Segundo Outorgante das condições estabelecidas no presente protocolo de colaboração constitui motivo para a rescisão imediata do mesmo por parte do Primeiro Outorgante e implica a devolução dos montantes eventualmente já recebidos.
- O incumprimento do presente protocolo de colaboração constitui impedimento para a apresentação de novo Pedido de Atribuição de Apoio por parte do Segundo Outorgante durante um período mínimo de 3 anos.

CLÁUSULA NONA

(Vigência do Protocolo de Colaboração)

Sem prejuízo do disposto na cláusula terceira, o período de vigência do presente protocolo de colaboração inicia-se com a sua celebração e decorre até que ocorra a justificação do montante inerente à última prestação relativa ao apoio atribuído.

Aprovações:

•
Câmara Municipal:
Assembleia Municipal:
O presente Protocolo de Colaboração compreende <u>6</u> folhas às quais se juntam
folhas respeitantes aos Anexos, que irão ser rubricadas pelos Outorgantes, à exceção da
folha 6, em virtude de conter as assinaturas dos mesmos.



Celebrado aos () dias do mês de	de 2017, em dois exemplares de
igual teor e validade, destinando-se cada um	deles aos seus Outorgantes.
Pelo Primeiro Outorgante	Pelo Segundo Outorgante
reio Filillello Odiolgalite	reio Segundo Odiorganie
Paulo Alexandre Homem de Oliveira Fonseca	Filine Frias Antunes da Graca



PROTOCOLO ENTRE O MUNICÍPIO DE OURÉM, A ASSOCIAÇÃO DE APICULTORES DA REGIÃO DE LEIRIA, RIBATEJO E OESTE E A JUNTA DE FREGUESIA DE SEIÇA

É função do Município de Ourém contribuir para a promoção da realização de projetos de interesse para o concelho.

Considerando que se encontra disponível no lugar de Fontainhas, da Freguesia de Seiça, onde funcionou o edifício constituído por rés do chão, destinado a escola, considera-se ser a Associação de Apicultores da Região de Leiria, Ribatejo e Oeste, a entidade mais ajustada para o seu usufruto, procurando tirar maior proveito para por em prática os seus objetivos.

Neste sentido o Município de Ourém celebra com a Associação de Apicultores da Região de Leiria, Ribatejo e Oeste, o presente protocolo de cedência daquele Edifício Municipal, na certeza de que é garantido o pleno aproveitamento do mesmo para iniciativas de interesse da associação.

É celebrado o presente protocolo aprovado, em reunião camarária de ____ de ____ de 201_, que se rege pelas cláusulas seguintes:

Cláusula I

Identificação dos outorgantes

O presente protocolo de cedência de instalações da antiga Escola Primária das Fontainhas - Seiça, é celebrado entre:

Município de Ourém, pessoa coletiva de direito público com o n.º 501 280 740, com sede na Praça D. Maria II, n.º 1, na Cidade de Ourém, adiante designado como Primeiro Outorgante, devidamente representado pelo Excelentíssimo Presidente da Câmara Municipal, Paulo Alexandre Homem de Oliveira Fonseca.

Associação de Apicultores da Região de Leiria, Ribatejo e Oeste, pessoa coletiva com o n.º 502 361 123, com sede na Urbanização dos Camarinhos, Lote 69, R/C Dtº. – Meia



Légua, da Freguesia de Parceiros, do Concelho de Leiria, adiante designada como Segundo Outorgante, devidamente representada pelo Excelentíssimo Presidente da Direção, Ivo Monteiro dos Santos e pela Excelentíssima Secretária da Direção Anabela Garcia Mendes.

Freguesia de Seiça, pessoa coletiva de direito público com o n.º 507 227 905, com sede na Estrada Nacional 113-1, n.º 57, em Seiça, do Concelho de Ourém, adiante designado como Terceiro Outorgante, devidamente representado pelo Excelentíssimo Presidente da Junto de Freguesia, Custódio Sousa Henriques.

Cláusula II Objeto

O presente protocolo tem por objeto a cedência do edifício municipal — antiga Escola Primária das Fontainhas — Seiça, que se encontra desativada, inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 1072 da Freguesia de Seiça e descrita na Conservatória do Registo Predial de Ourém sob o n.º 3480 da mesma freguesia, à Associação de Apicultores da Região de Leiria, Ribatejo e Oeste, Entidade Gestora do Mel do Ribatejo Norte DOP, que tem vindo a desenvolver a atividade apícola na área geográfica do Concelho de Ourém, com o objetivo de melhorar as condições de produção de mel, contribuindo para a valorização do produto e do território, tornando-o num pólo agregador de sinergias que poderão trazer contributos positivos para a criação da sua sede e a instalação do seu laboratório - Centro de Criação de Rainhas.

Cláusula III

Período de vigência

Sem prejuízo de eventuais revisões dos termos contratuais, o período de vigência deste protocolo é de um ano, a contar da data da sua assinatura, sendo renovado automaticamente por igual período, caso não seja denunciado por qualquer das partes, com 30 dias de antecedência.

Cláusula IV

Direitos e deveres do primeiro outorgante

1. O primeiro outorgante compromete-se a ceder a gestão do edifício municipal - antiga Escola Primária das Fontainhas – Seiça, ao segundo outorgante, para que aí possam ser postos em prática os objetivos definidos na Cláusula II do presente protocolo.



2. O primeiro outorgante reserva para si o direito de efetuar vistoria às condições das instalações, informando com a devida antecedência o Segundo Outorgante.

Cláusula V

Direitos e deveres do segundo outorgante

- O Segundo Outorgante será responsável pelo acompanhamento da gestão e manutenção do edifício municipal e das respetivas infraestruturas incumbindo-lhe:
 - **1** Fazer uma utilização normal e prudente do espaço, equipamentos e infraestruturas adstritas ao mesmo:
 - 2 Utilizar e gerir o espaço disponibilizado, tornando-o um pólo de desenvolvimento;
 - 3 Suportar todas as despesas de água e eletricidade;
 - **4** Suportar todas as despesas inerentes à manutenção dos espaços exteriores e interiores, caso existam:
 - **5** Manter o recinto da antiga Escola Primária das Fontainhas Seiça, nas melhores condições;
 - **6** Efetuar um seguro que cubra eventuais danos que possam ocorrer aos intervenientes, durante a presença do segundo outorgante no espaço em apreço e suportar os respetivos custos;
 - **7** Não efetuar obras ou qualquer outro tipo de alterações no espaço, infraestruturas anexas ou equipamentos cedidos, exceto com a prévia autorização do primeiro outorgante;
 - **8 -** A utilização deste Edifício Municipal está exclusivamente afeto ao segundo outorgante, não podendo este cedê-lo a terceiros, devendo cumprir o objeto estatutário legal e os fins associativos previstos.

Cláusula VI

Deveres do Terceiro outorgante

Cooperar com o Primeiro Outorgante no acompanhamento e cumprimento do presente Protocolo.

Cláusula VII

Devolução do espaço, infraestruturas e equipamentos

Aquando do *terminus* do presente protocolo, qualquer que seja a causa, o Segundo Outorgante obriga-se a:



- a) Devolver ao Município de Ourém o espaço cedido, livre de quaisquer ónus ou encargos;
- b) Devolver as infraestruturas e os equipamentos cedidos, no estado de conservação em que os receberam, sem que haja direito a qualquer indemnização por eventuais benfeitorias por si realizadas.

Cláusula VII

Casos omissos

As questões omissas no presente protocolo serão resolvidas por acordo das partes.

Cláusula única

O presente protocolo contém folhas, todas numeradas e rubricadas pelos representantes daquelas entidades, à exceção da última que contém as suas assinaturas, sendo feito em duplicado, ficando um exemplar na posse de cada uma das entidades outorgantes.

Oure	m, .	de		de	20	16
------	------	----	--	----	----	----

O Primeiro Outorgante,
Paulo Alexandre Homem de Oliveira Fonseca

O Segundo Outorgante,

Ivo Monteiro dos Santos



Anabela Garcia Mendes
O Terceiro Outorgante
 Custódio Sousa Henriques